



UNITINS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS
CAMPUS AUGUSTINOPOLIS - TO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SÂMIA BEZERRA DE SOUSA

**A FUNÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS NA PREVENÇÃO DE ERROS E
FRAUDES CONTÁBEIS**

AUGUSTINÓPOLIS - TO

2024

SÂMIA BEZERRA DE SOUSA

**A FUNÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS NA PREVENÇÃO DE ERROS E
FRAUDES CONTÁBEIS**

Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

ORIENTADORA: Profa. Mestra Rafaela Brito da Silva

**AUGUSTINÓPOLIS – TO
2024**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Estadual
do Tocantins**

S725f

SOUSA, Sâmia Bezerra de
A função dos controles internos na prevenção de
erros e fraudes contábeis. Sâmia Bezerra de Sousa. -
Augustinópolis, TO, 2024

Monografia Graduação - Universidade Estadual do
Tocantins – Câmpus Universitário de Augustinópolis -
Curso de Ciências Contábeis, 2024.

Orientadora: Rafaela Brito da Silva

1. Controle Interno. 2. Erros e Fraudes Contábeis.
3. Processos de Controle. 4. Informações
Contábeis.

CDD 003

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por
qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do
autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UNITINS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SÂMIA BEZERRA DE SOUSA

A FUNÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS NA PREVENÇÃO DE ERROS E
FRAUDES CONTÁBEIS

Aprovado pela Banca Examinadora em 05 de dezembro /2024

Rafaela Brito da Silva

Profª Orientadora Rafaela Brito da Silva – Universidade Estadual do Tocantins

Mestra em Educação - UNISINOS

Maria Lúcia Paulino De Sousa

Profª Maria Lúcia Paulino De Sousa - Universidade Estadual do Tocantins

Mestra em Ciências Ambientais - UNITAU

Wellington Galvão Rodrigues

Profª Wellington Galvão Rodrigues - Universidade Estadual do Tocantins

Mestre em Ciência da Computação - UFG

Conceito Final: Aprovada

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar expressando minha sincera gratidão à minha orientadora Rafaela Brito da Silva, cuja orientação foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho. Sua paciência e sabedoria foram fundamentais para superar os desafios que enfrentei.

Agradeço também aos professores do curso que, com suas aulas e debates, ampliaram meu conhecimento e me inspiraram a seguir em frente. Cada um de vocês deixou uma marca importante na minha formação. Aos meus colegas de turma, agradeço pela parceria, em especial confiança 05 e pela troca de ideias. Juntos, criamos um ambiente de aprendizado que foi valioso e motivador.

Um agradecimento especial à minha família, em especial meu irmão Samuel e Thainá, que sempre me apoiaram e me incentivaram a buscar meus sonhos. Ao meu namorado Wallison, pela parceria, cuidado e incentivo durante a etapa final deste período. Vocês foram minha base e fonte de força em todos os momentos.

Agradeço também a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), por fornecer os recursos necessários para a realização desta pesquisa, e por fim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho, meu sincero muito obrigado.

A Deus

A família

A confiança 05

Aos professores e amigos

DEDICO

“O insucesso é apenas uma oportunidade para recomeçar com mais inteligência”.
Henry Ford

LISTA DE SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Contabilidade

COSO - Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

NBC – Norma Brasileira de Contabilidade

PMEs – Pequenas e Médias Empresas

PPGC - Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade

SCI - Sistemas de Controle Interno

UNITINS – Universidade Estadual do Tocantins

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação de artigos catalogados.....	50
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Componentes do Controle Interno	19
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos Do Controle Interno Conforme NBC T 16.8.....	18
Quadro 2 - Objetivos Do Controle Interno Conforme Peter e Machado (2003).....	18
Quadro 3 - Definição de Fraude Conforme NBC T 11 – IT 03	28
Quadro 4 - Definição de Erro Conforme NBC T 11 – IT 03	29

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo investigar a função do controle interno na prevenção de fraudes e erros contábeis, destacando sua importância como um conjunto de procedimentos organizacionais que visa aumentar a eficiência operacional, garantir a confiabilidade dos relatórios financeiros e assegurar o cumprimento das legislações e regulamentos pertinentes às entidades. A justificativa para este estudo é fundamentada na crescente complexidade dos ambientes corporativos e na incidência de fraudes e erros contábeis, que podem comprometer não apenas a saúde financeira das organizações, mas também sua reputação e sustentabilidade a longo prazo. Diante desse cenário, é essencial reconhecer a importância dos controles internos como mecanismos de proteção e prevenção. A pesquisa adota uma metodologia mista, envolvendo a revisão de literatura pertinente e a análise de documentos relevantes, permitindo uma compreensão abrangente do tema. A abordagem qualitativa escolhida possibilita uma investigação mais profunda, favorecendo a exploração de nuances e práticas existentes no campo dos controles internos. O trabalho problematiza a relevância do controle interno por meio de questionamentos centrais, como: qual é a função dos controles internos na prevenção de fraudes e erros contábeis? Quais são as principais ferramentas e técnicas utilizadas para garantir a eficácia desses controles? Os resultados mostram que os controles internos não apenas facilitam a avaliação dos processos organizacionais, mas também desempenham um papel crítico na administração de riscos, auxiliando na identificação, avaliação e mitigação de ameaças ao desempenho e à reputação das instituições. Ademais, um sistema de controle interno eficaz promove a transparência, a responsabilidade e a governança corporativa, que são fundamentais para a construção de um ambiente de confiança entre os stakeholders. Esses elementos contribuem significativamente para a sustentabilidade e o sucesso duradouro das organizações, proporcionando uma base sólida para o crescimento e a inovação. Este estudo, portanto, visa não apenas elucidar a importância dos controles internos na prevenção de fraudes e erros contábeis, mas também oferecer diretrizes práticas e recomendações para a implementação eficaz desses controles nas organizações, de modo a fortalecer suas operações e proteger seus ativos.

Palavras-chave: Controle Interno. Erros e Fraudes Contábeis. Informações Contábeis.

ABSTRACT

This monograph aims to investigate the role of internal control in preventing fraud and accounting errors, highlighting its importance as a set of organizational procedures that aim to increase operational efficiency, guarantee the reliability of financial reports and ensure compliance with relevant legislation and regulations. to entities. The justification for this study is based on the increasing complexity of corporate environments and the incidence of fraud and accounting errors, which can compromise not only the financial health of organizations, but also their reputation and long-term sustainability. Given this scenario, it is essential to recognize the importance of internal controls as protection and prevention mechanisms. The research adopts a mixed methodology, involving the review of relevant literature and the analysis of relevant documents, allowing a comprehensive understanding of the topic. The chosen qualitative approach allows for a deeper investigation, favoring the exploration of nuances and existing practices in the field of internal controls. The work problematizes the relevance of internal control through central questions, such as: what is the role of internal controls in preventing fraud and accounting errors? What are the main tools and techniques used to ensure the effectiveness of these controls? The results show that internal controls not only facilitate the evaluation of organizational processes, but also play a critical role in risk management, helping to identify, evaluate and mitigate threats to the performance and reputation of institutions. Furthermore, an effective internal control system promotes transparency, responsibility and corporate governance, which are fundamental for building an environment of trust among stakeholders. These elements contribute significantly to the sustainability and lasting success of organizations, providing a solid foundation for growth and innovation. This study, therefore, aims not only to elucidate the importance of internal controls in preventing fraud and accounting errors, but also to offer practical guidelines and recommendations for the effective implementation of these controls in organizations, in order to strengthen their operations and protect their assets.

Keywords: Internal Control. Accounting Errors and Fraud. Accounting Information.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	CONTROLE INTERNO	16
2.2	OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO	17
2.3	PROCESSOS DE CONTROLE	19
2.4	TIPOS DE CONTROLE INTERNO	21
2.5	ETAPAS DO CONTROLE INTERNO	25
2.6	RISCOS	26
2.7	ERROS E FRAUDES	27
2.8	A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NAS ORGANIZAÇÕES	29
3	METODOLOGIA.....	31
3.1	NATUREZA DE ABORDAGEM	31
3.2	TIPO DE PESQUISA	32
3.3	PROCEDIMENTOS TÉCNICOS	32
3.4	PLANO PARA ANÁLISE DOS DADOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS 33	
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	33
4.1	A EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES	33
4.2	O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NA AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS	35
4.3	SEGREGAÇÃO DE FUNÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE.....	37
4.4	O CUSTO-BENEFÍCIO DOS CONTROLES INTERNOS NA GESTÃO CONTÁBIL	39
4.5	COMPARAÇÕES DE TRABALHOS DE REGIÕES DISTINTAS	41
4.6	ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CONTROLE PREVENTIVO E DETECTIVOS	42
4.7	COMO DIFERENCIAR ERROS E FRAUDES DE ACORDO COM O CÓDIGO DE ÉTICA44	
4.8	ERROS E FRAUDES NO BRASIL: EXEMPLOS DE FALÊNCIAS DE EMPRESAS E AS LIÇÕES APRENDIDAS – VIA S.A., BANCO CRUZEIRO DO SUL, BANCO PAN AMERICANO E LOJAS AMERICANAS	45
4.8.1	<i>Caso Via S.A. (Via Varejo)</i>	45
4.8.2	<i>Caso Banco Cruzeiro do Sul (2012)</i>	46
4.8.3	<i>Caso Banco Pan Americano (2010)</i>	47
4.8.4	<i>Caso Lojas Americanas</i>	48
4.9	RELAÇÃO DE ESTUDOS QUE ABRANGEM O CONTROLE INTERNO.....	49

GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL: UMA AVALIAÇÃO DO NOVO ACORDO DE CAPITAIS - BASILÉIA II.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
ANEXOS	65
ANEXO J - MODELO DE FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ORIENTAÇÃO	65
ANEXO K - TERMO DE FORMALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO	69
ANEXO L – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO ORIENTADOR E PROFESSOR DA DISCIPLINA DE TCC PARA DEFESA PERANTE A BANCA EXAMINADORA	70

1 INTRODUÇÃO

Visto a expansão da economia e a acirrada corrida do mercado, houve a necessidade de analisar os procedimentos de gestão trabalhados nas empresas e organizações. Para Almeida (1996, p.50), o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa.

Outrossim, o controle interno funciona como uma ferramenta para auxiliar o trabalho do contador e do auditor, pois quando as organizações transmitem suas informações contábeis e administrativas, auxilia na produção fidedigna dos relatórios, além de contribuir na tomada de decisões. Por esses fatores, o controle interno se torna uma ferramenta importante para resguardar e cuidar dos dados contábeis e do patrimônio da empresa.

Para garantir a integridade das informações contábeis, Teixeira, Costa e Galdi (2009, p.81) afirmam que devem ser "as mais completas possíveis, sem que algum fato relevante seja omitido, resultando em avaliações equivocadas por parte dos seus usuários". De acordo com Chiavenato (2003), cada organização necessita de um sistema básico de controle para monitorar e organizar seus recursos financeiros, desenvolver relações de trabalho, analisar seu desempenho e avaliar a produtividade operacional. Por conta desta importância, o ponto inicial para a organização de uma empresa é primeiramente entender todos os seus processos operacionais. Por conseguinte, é imprescindível realizar um estudo geral do negócio, buscando entender e compreender em que aspectos melhorar.

Diante do exposto, o respectivo trabalho de pesquisa se dá a partir da necessidade de reconhecer a importância dos controles internos na prevenção de fraudes e erros contábeis. Entendendo-o como um instrumento de gestão que se eficazmente aplicado, colabora com a sobrevivência da organização. Sabe-se que fraudes geram prejuízos e que de uma forma ou de outra ocorre devido às fraquezas nos controles internos.

Neste sentido, tem-se o controle interno, que é um instrumento imprescindível às organizações para o alcance de seus objetivos e metas, que auxilia na verificação de possíveis falhas. A priori, problematizou-se neste trabalho a importância do controle interno na prevenção de erros e fraudes. Assim, alguns questionamentos nortearam a investigação: Qual é a função dos

controles internos na prevenção de erros e fraudes contábeis? Quais são as principais ferramentas do controle interno?

Tem como hipótese primária que o controle interno é uma ferramenta de gestão que facilita a seus gestores avaliarem os processos realizados nas organizações, além de auxiliar na prevenção de erros e fraudes, tendo em vista o alcance de suas metas e objetivos. E como hipótese secundária, que a manutenção da qualidade das informações verificadas pelas ferramentas de controle interno, é necessário a realização de constantes aprimoramentos em seus procedimentos, para garantia da exatidão e clareza dos resultados.

O objetivo geral visa demonstrar a função dos controles internos na prevenção de erros e fraudes contábeis. E os objetivos específicos, envolvem identificar a função dos controles internos na prevenção de erros e fraudes contábeis. Além de apresentar as etapas do controle interno que auxiliam na identificação e no combate de erros e fraudes. E discorrer sobre a importância de dados fidedignos no processo de tomada de decisões.

Esta monografia está organizada em cinco capítulos, cada um cuidadosamente estruturado para apresentar e discutir o tema "A função dos controles internos na prevenção de erros e fraudes contábeis". O primeiro capítulo contextualiza o tema, apresentando a problemática central: como os controles internos podem prevenir erros e fraudes contábeis. Ele define os objetivos gerais e específicos do trabalho e a justificativa da pesquisa. No segundo capítulo é apresentado o embasamento teórico do trabalho. Ele começa definindo o conceito de controles internos, os processos e etapas desses controles.

O terceiro capítulo descreve a abordagem metodológica adotada no estudo. O quarto capítulo apresenta e analisa os resultados da pesquisa. É o núcleo do trabalho, onde os conceitos teóricos são aplicados na prática. O último capítulo conclui o trabalho, refletindo sobre as descobertas e suas implicações. Ele reafirma a importância dos controles internos na prevenção de erros e fraudes, enfatizando sua contribuição para a sustentabilidade e governança das organizações.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTROLE INTERNO

O controle interno é um conjunto de procedimentos que são estabelecidos por uma organização, objetivando uma maior eficiência operacional, além de confiabilidade em seus relatórios financeiros e adequação e cumprimento dos regulamentos e leis aplicáveis. Esses procedimentos ajudam a criar um ambiente de controle que promove a responsabilidade e a ética nas operações. Para Almeida (2003, p. 63), “o controle interno representa o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”.

Além disso, um sistema de controle interno bem estruturado pode contribuir significativamente para a mitigação de riscos e para a melhoria da tomada de decisões, garantindo que a empresa se adapte rapidamente a mudanças no ambiente de negócios. Franco e Marra (2001, p. 267) afirmam que esses procedimentos são “instrumentos destinados à vigilância, fiscalização e verificação de informações e dados que permitem prever, observar, dirigir ou governar os acontecimentos dentro da empresa, refletindo em seu patrimônio”.

Esses instrumentos não apenas asseguram a integridade das informações financeiras, mas também fomentam a confiança entre os stakeholders, incluindo funcionários, clientes e investidores. Em resumo, o controle interno é imprescindível no processo de garantir a transparência, a prestação de contas e a eficiência dentro de uma organização. Ao implementar um sistema de controle interno eficaz, as empresas podem não apenas proteger seus ativos, mas também fortalecer sua posição no mercado, tornando-se mais resilientes a desafios futuros.

Para Toffanin (2013, p.7)

Independente do tamanho dos negócios, é necessário ter os seus controles internos e a contabilidade em dia para que o empresário consiga analisar o desempenho de sua empresa. Sem essas ferramentas, ele estará pilotando no escuro e a tomada de decisões se torna arriscada.

Além disso, é importante destacar que o controle interno não se restringe apenas a aspectos técnicos ou financeiros, mas também engloba a cultura organizacional, a ética empresarial e a gestão de riscos. Essa abordagem abrangente assegura que todos os colaboradores entendam e

valorizem a importância dos controles internos, promovendo um ambiente de trabalho colaborativo e responsável. Uma cultura de integridade e responsabilidade é fundamental para o funcionamento efetivo dos controles internos.

Outrossim, a liderança desempenha um papel crucial na promoção dessa cultura, sendo vital que os líderes sejam exemplos de ética e responsabilidade para que essa mentalidade se espalhe por toda a organização. Em suma, o controle interno é uma ferramenta vital da gestão empresarial, contribuindo para a proteção do patrimônio da empresa, a confiabilidade das informações financeiras e operacionais, bem como para a promoção de uma cultura organizacional sólida e ética. Dessa forma, as organizações não apenas garantem sua sustentabilidade a longo prazo, mas também constroem uma reputação positiva que pode ser decisiva para seu sucesso em um mercado competitivo.

2.2 OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO

Como demonstrado, o controle interno pode ter várias interpretações distintas pelo contexto em que está sendo discutido. Assim, durante o desempenho de suas funções, eles destacam as seguintes funções:

[...] assegurar que não ocorram erros potenciais, através do controle de suas causas, destacando-se entre objetivos específicos e atingidos: como se antecipar, preventivamente, ao cometimento de erros, desperdícios, práticas antieconômicas e fraudes; salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto a sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo; permitir a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando à eficácia, eficiência e economicidade dos recursos; observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos (Franco e Marra, 1992, p. 104).

O controle interno é fundamental para garantir que as operações de uma empresa sejam confiáveis. Ele atua como uma rede de segurança que não apenas protege os ativos da empresa, mas também fortalece a confiança de investidores, clientes e colaboradores. Proteger os ativos, garantir a integridade das informações financeiras, promover a conformidade com as leis e regulamentos, maximizar a eficiência operacional e garantir a conformidade com as políticas estabelecidas são os objetivos desse projeto. Ao atingir esses objetivos, o controle interno protege os interesses da empresa e permite uma gestão mais eficiente dos riscos.

Sob o enfoque contábil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) T 16.8, estabelece como principais objetivos do controle interno:

Quadro 1 - Objetivos Do Controle Interno Conforme NBC T 16.8

OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO CONFORME NBC T 16.8
1. Salvar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
2. Dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
3. Propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
4. Estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
5. Contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
6. Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

Fonte: Próprio Autor (2024).

Esses objetivos são essenciais para a construção de um ambiente de controle que permita à empresa operar com transparência e responsabilidade. O principal objetivo do controle interno é evitar erros potenciais, ou seja, erros graves que possam prejudicar a empresa. A prevenção não apenas evita perdas financeiras, mas também protege a reputação da organização no mercado. Autores como Peter e Machado (2003) elencam sete objetivos que devem ser alcançados pelo controle interno, sendo eles:

Quadro 2 - Objetivos Do Controle Interno Conforme Peter e Machado (2003).

OBJETIVOS DO CONTROLE INTERNO CONFORME PETER E MACHADO (2003)
1. Observar as normas legais, instruções normativas, estatutos e regimentos
2. Assegurar que nas informações contábeis, financeiras, administrativas e operacionais haja exatidão, confiabilidade, integridade e oportunidade;
3. Prevenir antecipadamente o acontecimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
4. Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos;

5. Salvar os ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização, assegurando a legitimidade do passivo
6. Permitir a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando à eficiência, eficácia e economia de recursos; e
7. Assegurar aderência às diretrizes, planos, normas e procedimentos da empresa.

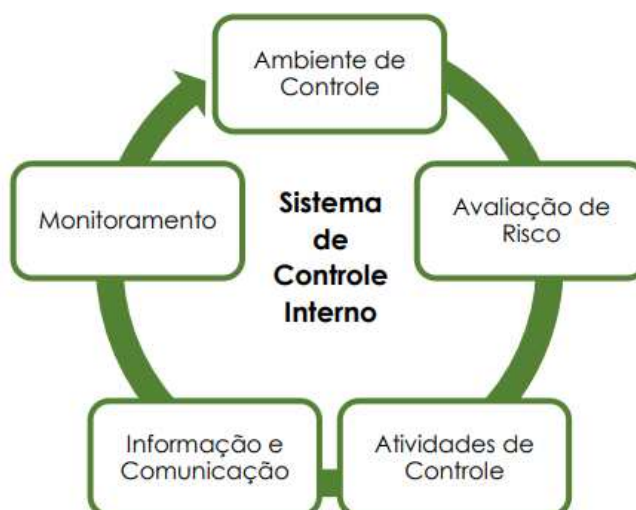
Fonte: Próprio Autor, 2024.

Com a implementação eficaz desses objetivos direcionados ao controle interno, as organizações não apenas garantem sua sustentabilidade a longo prazo, mas também fortalecem sua governança corporativa, posicionando-se como entidades responsáveis e éticas no mercado. Além disso, o fortalecimento de seus controles permitirá que a empresa monitore e avalie continuamente seus processos, garantindo a conformidade com as normas e regulamentações aplicáveis.

2.3 PROCESSOS DE CONTROLE

O COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) afirma que o controle interno é composto por cinco componentes interdependentes. Esses componentes são fundamentais para a eficácia de qualquer organização, garantindo que os objetivos sejam alcançados de maneira eficiente e eficaz. Os processos do controle interno são formados por esses cinco componentes.

Figura 1 – Componentes do Controle Interno



Fonte: Manual de Controle Interno, CGE/AM, 2023.

Esses componentes são constituídos pelo ambiente organizacional, que inclui a estrutura de governança, a filosofia de gestão, a integridade e os valores éticos da empresa, é chamado de ambiente de controle. Esse ambiente estabelece a base para uma cultura organizacional saudável, promovendo a responsabilidade e a transparência entre os colaboradores, ademais, temos a avaliação de riscos, que envolve a identificação e análise dos riscos que podem afetar negativamente a capacidade de uma empresa de atingir seus objetivos, bem como a determinação de respostas apropriadas a esses riscos. Isso permite que a organização antecipe desafios e minimize suas consequências, promovendo um ambiente mais seguro para a tomada de decisões.

Atividades de controle, baseada no controle geral da tecnologia da informação, autorizações e aprovações, reconciliações e verificações de dados são exemplos de políticas e procedimentos que ajudam a garantir que as diretrizes da administração sejam cumpridas. Essas atividades não só previnem fraudes e erros, mas também asseguram a conformidade com normas e regulamentos aplicáveis. Além das informações e comunicações, que se refere à aquisição, criação e aplicação de informações pertinentes para apoiar o funcionamento eficiente do controle interno, bem como à comunicação de informações pertinentes internas e externas. A comunicação eficaz é vital para que todos os colaboradores compreendam suas responsabilidades e para que a gestão receba feedback valioso sobre o desempenho organizacional.

Por último, o monitoramento, que envolve avaliações regulares ou contínuas do controle interno para garantir que estão funcionando conforme planejado e para identificar e corrigir erros. Esse processo de monitoramento não só ajuda a identificar falhas, mas também a promover uma cultura de melhoria contínua dentro da organização.

Esses procedimentos de controle interno são essenciais para ajudar as empresas a atingirem suas metas operacionais, financeiras e de conformidade. Além disso, eles fomentam a confiança entre os stakeholders, incluindo investidores, clientes e reguladores. Esses processos se constituem como uma base para a consolidação e restauração de um sistema de controle interno eficiente.

Este sistema visa garantir a fidedignidade das operações, a franqueza das informações financeiras, o cumprimento das leis e regulamentos e a proteção dos ativos da empresa. Com uma estrutura robusta de controle interno, as organizações são capazes de operar de maneira mais

resiliente em face de incertezas e mudanças no mercado. Cada parte é essencial na estrutura do controle interno, ajudando a gerenciar corretamente os riscos e a atingir os objetivos da empresa.

2.4 TIPOS DE CONTROLE INTERNO

As empresas podem usar uma variedade de tipos de controle interno para proteger seus ativos, garantir a conformidade com as leis e regulamentos e aumentar a eficiência operacional. Alguns exemplos comumente encontrados incluem:

2.4.1 Controles Administrativos

Os procedimentos e políticas administrativas são estabelecidos para guiar e regular as operações de uma empresa, assegurando que sejam conduzidas de forma eficiente, ética e alinhada com os objetivos organizacionais. De acordo com Chiavenato (2010), esses mecanismos de controle são essenciais para criar um ambiente de confiança e responsabilidade entre os colaboradores.

O principal propósito desses controles é promover a eficácia das operações e proteger os ativos da empresa. Alguns exemplos de controles administrativos incluem as diretrizes e processos, definidos como uma documentação clara e comunicada a todos os colaboradores sobre as políticas e procedimentos a serem seguidos em áreas como recursos humanos, compras, vendas, entre outras. Isso garante que todos estejam cientes de suas responsabilidades e das expectativas organizacionais.

Ademais, os níveis de autorização, asseguram que as responsabilidades estejam bem definidas e que as decisões sejam tomadas por pessoas competentes. Esse sistema também ajuda a prevenir abusos de poder e decisões precipitadas. A divisão de responsabilidades, conhecida como segregação de funções, utilizada para garantir que nenhuma pessoa tenha controle absoluto sobre um processo, reduzindo o risco de erros ou fraudes. Essa prática é crucial para fortalecer a accountability dentro da organização.

Do mesmo modo, tem se o acompanhamento e supervisão, baseado no monitoramento constante das atividades operacionais para garantir conformidade com as políticas estabelecidas e

identificar áreas de melhoria. Esse acompanhamento não só ajuda na identificação de problemas, mas também oferece oportunidades para o desenvolvimento e a capacitação dos colaboradores. Também, aplica-se os indicadores de desempenho, para avaliar o desempenho individual e organizacional, contribuindo para a melhoria contínua das operações. Esses indicadores permitem que a empresa ajuste suas estratégias e ações de acordo com resultados mensuráveis, promovendo uma cultura de excelência.

A eficaz implementação de controles administrativos pode contribuir significativamente para a eficiência operacional, a transparência organizacional e a proteção dos interesses da empresa. Esses controles auxiliam na redução de riscos relacionados a práticas inadequadas, erros operacionais e possíveis desvios éticos, promovendo um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo. Além disso, ao garantir a conformidade e a responsabilidade, a organização se posiciona de forma mais competitiva no mercado, fortalecendo sua reputação e confiança entre stakeholders.

2.4.2 Controles Contábeis

Os procedimentos e políticas estabelecidos para garantir a precisão, integridade e conformidade das transações financeiras e dos registros contábeis de uma empresa são conhecidos como controles contábeis. Conforme Salvatore (2012), esses controles são essenciais para proteger os ativos da empresa, garantir a conformidade com regulamentos e fornecer informações financeiras confiáveis para a tomada de decisões. Além disso, segundo Iudícibus e Lopes (2013), a implementação rigorosa desses controles contribui significativamente para a credibilidade das informações financeiras, o que é fundamental para a relação da empresa com seus stakeholders.

Diversos exemplos de controles contábeis incluem a conciliação bancária, por meio da comparação regular entre os registros contábeis da empresa e os extratos bancários para assegurar que todas as transações estejam devidamente registradas e reconciliadas. Controle de contas a pagar e a receber, estabelecida por procedimentos para aprovação, registro e pagamento de contas a pagar, assim como para faturamento, registro e cobrança de contas a receber.

Além do controle de estoque, relevante para registrar, monitorar e controlar o estoque da empresa, garantindo a precisão dos registros contábeis relacionados aos ativos circulantes. Políticas de depreciação e amortização, com o estabelecimento de critérios e métodos para calcular a

depreciação de ativos fixos e a amortização de ativos intangíveis, assegurando a conformidade com as normas contábeis aplicáveis. Controles sobre relatórios financeiros, baseados na revisão e validação dos relatórios financeiros antes da divulgação externa, garantindo que estejam em conformidade com os princípios contábeis e regulamentações aplicáveis.

A implementação eficaz desses controles contábeis é fundamental para garantir a confiabilidade das informações financeiras da empresa, promovendo transparência, conformidade e tomada de decisões embasadas. Além disso, esses controles desempenham um papel crucial na prevenção e detecção de fraudes, erros contábeis e práticas inadequadas, contribuindo para a integridade do sistema financeiro da organização.

2.4.3 Controles de Gestão dos Recursos Humanos

Os mecanismos de controle da gestão de recursos humanos são diretrizes e políticas estabelecidas para garantir a efetividade das práticas de gestão de pessoas em uma organização, estimulando o crescimento, a motivação e a retenção dos funcionários, ao mesmo tempo em que cumprem as leis trabalhistas e seguem os valores e metas da empresa. Conforme Chiavenato (2014), "os mecanismos de controle são essenciais para criar um ambiente organizacional que favoreça a performance e o desenvolvimento dos colaboradores."

Além disso, segundo Dessler (2017), "uma gestão de recursos humanos eficaz pode resultar em aumento significativo na satisfação e engajamento dos funcionários." Alguns exemplos de mecanismos de controle da gestão de recursos humanos incluem o procedimento seletivo organizado, estabelecido por meio de critérios precisos para recrutar e selecionar novos colaboradores, assegurando que as contratações estejam alinhadas com as necessidades da empresa e com as habilidades exigidas para cada cargo. Como afirma Dutra (2020), "um processo seletivo bem estruturado é fundamental para garantir que os profissionais contratados sejam adequados à cultura e às necessidades da organização."

Avaliação de performance, constituído pela implementação de sistemas e métodos para avaliar o desempenho dos funcionários, oferecendo feedback construtivo e identificando oportunidades de crescimento. Segundo Spector (2021), "a avaliação de desempenho deve ser uma ferramenta de desenvolvimento, não apenas um meio de controle." Outrossim, políticas de

remuneração e benefício, como uma definição de diretrizes claras relacionadas a salários, benefícios e incentivos, garantindo equidade interna e competitividade externa. De acordo com Lima e Silva (2019), "remuneração justa e benefícios atrativos são cruciais para a retenção de talentos e a motivação dos funcionários."

Planejamento de carreira, com a implantação de planos de desenvolvimento individual e oportunidades de treinamento para os funcionários, visando o avanço profissional e a retenção de talentos. Gerenciamento do clima organizacional por meio da realização de pesquisas de clima, implementação de canais de comunicação eficazes e programas de bem-estar para promover um ambiente de trabalho saudável e produtivo. "Um clima organizacional positivo é fundamental para a produtividade e satisfação dos colaboradores," afirma Ferreira (2022).

Diretrizes de disciplina e comportamento, com o estabelecimento de políticas claras para lidar com questões de disciplina e comportamento no local de trabalho, garantindo tratamento justo e consistente dos funcionários. Controle de tempo e presença, por meio da implementação de sistemas para registrar com precisão a jornada de trabalho, gerenciar horas extras e lidar com ausências, garantindo conformidade com a legislação trabalhista. Identificação e desenvolvimento de talentos, com a capacitação de funcionários com potencial para assumir cargos-chave na empresa, assegurando a continuidade e renovação dos talentos organizacionais.

Comunicação interna eficaz, estabelecida por canais eficazes para comunicação entre funcionários e gestão, promovendo transparência, engajamento e alinhamento com os objetivos organizacionais. Além do monitoramento da rotatividade, com o acompanhamento e análise da saída de funcionários, identificando motivos e tendências para implementar ações que visem reter talentos.

Esses controles são fundamentais para o bom funcionamento das práticas de gestão de pessoas em uma empresa, contribuindo para a criação de um ambiente de trabalho saudável, produtivo e alinhado com os objetivos estratégicos da organização. Ao adotar esses mecanismos de controle, as empresas podem garantir não apenas a conformidade com as leis trabalhistas, mas também um clima organizacional que favoreça a inovação e a performance.

2.5 ETAPAS DO CONTROLE INTERNO

As fases do controle interno podem ser explicadas com base nas contribuições de vários autores e teóricos da área de auditoria e controle. Um desses autores é Alvin A. Arens, que em seu livro "Auditing and Assurance Services" discute as seguintes fases do controle interno, o clima organizacional, fase esta que é feita a avaliação do ambiente em que os controles são implementados, incluindo a integridade e ética da administração, a filosofia de gestão e o estilo operacional da empresa. De acordo com Arens, "O clima organizacional estabelece a base para o sistema de controle interno em uma organização." Um ambiente positivo e ético encoraja os colaboradores a se envolverem com os controles internos, criando um ciclo de confiança e transparência.

A identificação de riscos, nesta fase, a empresa identifica e analisa os riscos relevantes para seus objetivos operacionais e financeiros. Conforme Arens, "A identificação de riscos é o processo de identificar eventos potenciais que podem afetar a organização e compreender como tais eventos podem impactar a capacidade da organização de alcançar seus objetivos." A identificação proativa de riscos permite que a organização desenvolva estratégias específicas para mitigá-los, promovendo uma gestão mais robusta e preparada para cenários adversos.

Procedimentos de controle, que se referem às políticas e procedimentos estabelecidos para garantir a execução das diretrizes da administração. Segundo Arens, "Os procedimentos de controle são as políticas e procedimentos que ajudam a garantir a execução das diretrizes da administração." Esses procedimentos devem ser documentados e divulgados a todos os colaboradores, garantindo que todos compreendam suas responsabilidades e os processos a serem seguidos.

Comunicação de informações, esta fase abrange o processo de geração e comunicação de informações relevantes dentro da organização. Arens destaca que "Os sistemas de informação relevantes produzem relatórios financeiros confiáveis, garantindo que as comunicações fluam efetivamente para cima, para baixo e transversalmente na organização." Uma comunicação eficaz não só melhora a transparência, mas também facilita a rápida tomada de decisões, permitindo que a administração reaja prontamente a qualquer anomalia.

Avaliação contínua, que envolve a avaliação da qualidade do sistema de controle interno. Segundo Arens, "A avaliação contínua é um processo que avalia a qualidade do sistema de controle

interno ao longo do tempo." Essa avaliação não é um evento isolado, mas um ciclo constante que busca identificar oportunidades de melhoria e adaptação às mudanças no ambiente de negócios. A retroalimentação dessa fase pode levar a ajustes nos procedimentos e controles, aumentando a eficácia geral.

Essas fases são essenciais para o estabelecimento e funcionamento eficaz do controle interno em uma organização, contribuindo para a redução de riscos e a promoção da confiabilidade das operações e relatórios financeiros. Com um sistema de controle interno robusto, as organizações não apenas protegem seus ativos, mas também fortalecem sua posição competitiva no mercado, criando um ambiente que favorece a inovação e o crescimento sustentável.

2.6 RISCOS

O termo "risco" refere-se à possibilidade de prejuízo, dano ou desfecho negativo associado a uma ação, escolha ou evento. No contexto corporativo, o risco está intrinsecamente ligado à incerteza e à probabilidade de ocorrências que possam impactar negativamente os objetivos e os resultados de uma empresa. Conforme Rodrigues (2021), "a percepção de risco é um fator crítico na tomada de decisões dentro das organizações, variando conforme os diferentes stakeholders." É importante ressaltar que a percepção de risco pode variar entre investidores, colaboradores e clientes, cada um avaliando o risco de acordo com suas próprias experiências e expectativas. Essa compreensão é essencial, uma vez que as organizações operam em ambientes dinâmicos e frequentemente imprevisíveis.

Os riscos podem ser classificados em diversas categorias, entre os quais se destacam os riscos financeiros, operacionais, de mercado e estratégicos. Segundo Silva e Almeida (2022), "os riscos financeiros referem-se a potenciais perdas relacionadas a questões como flutuações de taxas de juros e câmbio." Além disso, esses riscos podem ser exacerbados por fatores externos, como crises econômicas ou mudanças na regulamentação. Já os riscos operacionais estão associados a falhas em processos internos, sistemas ou pessoas. Por exemplo, a dependência excessiva de tecnologia sem a devida manutenção pode levar a interrupções significativas nas operações.

De acordo com Costa (2020), "os riscos operacionais podem impactar severamente a continuidade dos negócios, exigindo uma gestão proativa." Os riscos de mercado envolvem a

volatilidade dos preços de ativos, enquanto os riscos estratégicos estão ligados a decisões empresariais que podem afetar a posição competitiva da organização. A rápida evolução do mercado e das preferências dos consumidores torna esse tipo de risco particularmente desafiador.

A compreensão e a administração eficaz do risco são cruciais para as empresas, pois permitem a identificação, avaliação e mitigação de potenciais impactos adversos. A gestão de riscos envolve um ciclo contínuo que abrange a identificação de riscos, a análise de sua probabilidade e impacto, e a implementação de medidas para controlá-los. "A gestão de riscos é um processo dinâmico e contínuo que deve ser integrado à estratégia organizacional," afirma Oliveira (2023). Esse ciclo é frequentemente apoiado por tecnologias de informação que facilitam a coleta e análise de dados relevantes. Essa abordagem não apenas protege os ativos da empresa, mas também favorece uma tomada de decisões mais informada e estratégica.

As empresas utilizam diversas ferramentas e estratégias para lidar com riscos. Entre elas, destacam-se a análise de risco, que permite uma avaliação sistemática dos potenciais riscos; seguros, que oferecem uma proteção financeira contra perdas inesperadas; diversificação de investimentos, que reduz a exposição a riscos específicos; e hedge, uma técnica utilizada para proteger-se contra flutuações indesejadas de preços. Como enfatiza Lima (2021), "a diversificação é uma das estratégias mais eficazes para mitigar riscos financeiros." Além disso, a cultura organizacional desempenha um papel fundamental na gestão de riscos, uma vez que a conscientização e a educação dos colaboradores podem fortalecer a resiliência da empresa.

Em suma, a gestão de riscos é uma prática fundamental para a sustentabilidade dos negócios e para a criação de valor a longo prazo. Ao adotar uma abordagem proativa em relação aos riscos, as empresas não apenas se protegem contra possíveis perdas, mas também se posicionam melhor para aproveitar oportunidades em um mercado em constante mudança. Essa resiliência pode se traduzir em vantagem competitiva, permitindo que as organizações se adaptem rapidamente a novas realidades e desafios, como bem colocado por Costa e Silva (2022).

2.7 ERROS E FRAUDES

Erros e fraudes são duas situações distintas, porém inter-relacionadas, que podem afetar as operações e os resultados de uma organização. Os erros geralmente resultam de falhas involuntárias

ou equívocos no processamento de transações, na elaboração de relatórios ou em outras atividades operacionais. Conforme Santos (2020), "os erros muitas vezes são frutos de distrações ou falta de treinamento adequado dos colaboradores." Esses enganos podem surgir de diversos fatores, como a falta de atenção, processos inadequados ou até mesmo a pressão para cumprir prazos, levando os colaboradores a cometerem equívocos.

O termo “fraude”, conforme a NBCT 11-IT 03, refere-se a “ato intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis” (CFC, 1999). Segundo Almeida (2021), "as fraudes envolvem a manipulação intencional de informações para obter vantagens indevidas, representando um risco significativo para a organização." Além das perdas financeiras, a fraude pode resultar em consequências legais severas e comprometer a confiança dos stakeholders, incluindo clientes, investidores e colaboradores.

As fraudes podem ocorrer em diversas áreas, como contabilidade, compras, vendas e folha de pagamento, entre outras. De acordo com Lima e Silva (2022), "a integração de tecnologias digitais amplifica as oportunidades para a ocorrência de fraudes, tornando-as um desafio constante para as empresas." A natureza complexa das operações empresariais exige medidas preventivas e de detecção adequadas. A prevenção e detecção de erros e fraudes são aspectos essenciais da gestão de riscos e do controle interno em uma organização. "Implementar uma cultura organizacional que valorize a ética e a transparência pode ser uma poderosa ferramenta na prevenção de fraudes," afirma Costa (2023).

A implementação de políticas, procedimentos e controles eficazes pode ajudar a reduzir a ocorrência dessas situações e a mitigar seus impactos negativos. Isso inclui a adoção de tecnologias de monitoramento, auditorias regulares e a criação de canais de denúncia que garantam a confidencialidade. Conforme a NBCT 11-IT 03, a fraude pode ser definida como:

Quadro 3 - Definição de Fraude Conforme NBC T 11 – IT 03

DEFINIÇÃO DE FRAUDE CONFORME NBC T 11 – IT 03	
1.	Manipulação, falsificação ou alteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados;
2.	Apropriação indébita de ativos;
3.	Supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;

4. Registro de transações sem comprovação;
5. Aplicação de práticas contábeis indevidas (CFC, 1999, p. 207).

Fonte: Próprio Autor, 2024.

Outrossim, a respectiva norma define o erro como: ato não intencional na elaboração de registros e demonstrações contábeis, que resulte em incorreções, consistindo em:

Quadro 4 - Definição de Erro Conforme NBC T 11 – IT 03

Definição de Erro Conforme NBC T 11 – IT 03
1. Erros aritméticos na escrituração contábil ou nas demonstrações contábeis;
2. Aplicação incorreta das normas contábeis;
3. Interpretação errada das variações patrimoniais (NBCT 11).

Fonte: Próprio Autor, 2024.

Por isso, "é vital que as organizações mantenham um sistema robusto de controle interno e promovam treinamentos regulares para seus colaboradores," conclui Almeida (2021), visando minimizar a ocorrência de erros e fortalecer a detecção de fraudes.

2.8 A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NAS ORGANIZAÇÕES

A relevância do controle interno nas empresas é essencial para assegurar a eficácia operacional, a confiabilidade dos dados financeiros, o cumprimento das normas, a proteção dos bens e a prevenção de irregularidades. Esse sistema não apenas minimiza os riscos, mas também promove uma cultura de responsabilidade e compromisso entre os colaboradores, incentivando a integridade em todas as operações. Como afirma Oliveira (2021), "um controle interno eficaz é um pilar da governança corporativa, essencial para a mitigação de riscos e promoção da ética organizacional." O controle interno é fundamental na administração de riscos, auxiliando na identificação, avaliação e redução de possíveis ameaças ao desempenho e à reputação da organização.

Um sistema de controle interno eficiente também promove a transparência, a responsabilidade e uma governança corporativa sólida, contribuindo para a sustentabilidade e o

sucesso duradouro das empresas. Ao introduzir sobre a temática, localizou-se trabalhos que demonstram aspectos que evidenciam a importância do controle interno nas organizações.

O controle interno a cada momento cresce em relevância para a gestão empresarial. Esse aspecto é determinado pela crescente demanda informativa dos agentes decisórios que acabam por criar um vetor cada vez mais gerencial para a estrutura de controle interno: atender reestruturações societárias, avaliações empresariais, capacidade de geração de caixa, entre outros, (Pereira, 2009, p.38).

A relevância do controle interno nas empresas pode ser observada por diversos fatores, tais como a confiança nas informações financeiras. Conforme Santos (2022), "um sistema eficaz de controle interno garante a precisão e integridade dos dados contábeis e financeiros, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões." Além disso, a confiança nas informações financeiras é fundamental para a construção de relacionamentos sólidos com investidores, fornecedores e clientes, sendo um reflexo direto da transparência e da ética da organização. De acordo com Ponchirolli (2007), é fundamental que as empresas não apenas desenvolvam controles eficazes, mas também saibam utilizá-los adequadamente em diferentes situações, com o objetivo de se prepararem para enfrentar possíveis desafios.

A prevenção de fraudes e irregularidades é outro aspecto crucial, pois o controle interno auxilia na identificação e redução de possíveis riscos de fraudes, desvios e condutas antiéticas, protegendo os ativos e a reputação da empresa. De acordo com Almeida e Costa (2023), "a implementação de controles internos robustos está associada a um ambiente de trabalho mais seguro e a uma cultura organizacional que desencoraja comportamentos antiéticos." A conformidade com leis e regulamentos também é um ponto crucial, pois o controle interno auxilia as empresas a seguir as normas legais e regulamentações do seu setor, minimizando o risco de sanções ou penalidades.

Um controle interno bem estruturado não apenas evita problemas legais, mas também contribui para a credibilidade da empresa no mercado, o que pode se traduzir em oportunidades de crescimento e parcerias estratégicas. Além disso, um sistema de controle interno bem estruturado pode facilitar auditorias internas e externas, proporcionando maior eficiência e reduzindo custos associados à não conformidade. "Através de auditorias regulares, as empresas podem identificar áreas de melhoria e otimizar processos," afirmam Ferreira e Lima (2022), "o que contribui para uma gestão mais eficaz e inovadora."

3 METODOLOGIA

Por meio da pesquisa científica buscamos solucionar, responder ou aprofundar-nos sobre uma determinada indagação, nos permitindo no âmbito da ciência elaborar um conjunto amplo de conhecimento. Bastos e Keller (1995, p. 53) definem que: “A pesquisa científica é uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo. Para Gil (2007, p. 17), pesquisa é definida como:

Procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Para a concretização e o alcance de uma pesquisa científica é necessário que o pesquisador tenha em mente o conhecimento de seu objeto de pesquisa, além das ferramentas que auxiliaram no processo de formulação de seus dados. Visando este propósito, utiliza-se metodologias e métodos de pesquisas que auxiliam o escritor qual caminho percorrer para chegar a seus resultados. A seguir descreveremos os procedimentos metodológicos utilizados para a execução do projeto.

3.1 NATUREZA DE ABORDAGEM

Visando o destrinchar da temática, adotaremos a pesquisa básica, que possui como objetivo produzir novos conhecimentos para impulsionar o avanço da ciência, sem prever aplicação prática. Quanto a abordagem, adotaremos a qualitativa, buscando compreender as interpretações que evidenciam o controle interno e suas ramificações. De acordo com (Gomes, 2009, p.79), o “seu foco é a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. Para Silva & Menezes (2000, p. 20),

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

Ao contrário das abordagens quantitativas, a pesquisa qualitativa valoriza a exploração profunda e contextualizada dos fenômenos, considerando o ambiente natural como a principal fonte de insights. Nesse processo, o pesquisador assume um papel central, utilizando sua percepção e interpretação para captar significados e nuances que escapam às análises numéricas, enriquecendo a compreensão das dinâmicas humanas.

3.2 TIPO DE PESQUISA

Visto que buscaremos uma maior familiaridade com o objeto pesquisado, nos dando suporte para a construção do projeto, empregaremos a pesquisa exploratória, que de acordo com Appolinário (2011), visa “aumentar a compreensão de um fenômeno ainda pouco conhecido, ou de um problema de pesquisa ainda não perfeitamente delineado”. Desta forma, buscaremos compreender por meio das pesquisas a relevância do controle interno nas organizações.

3.3 PROCEDIMENTOS TÉCNICOS

Como método de coleta de dados, utilizaremos a pesquisa bibliográfica, analisando meios escritos, como livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (Fonseca, 2002, p. 32).

Em conjunto com a pesquisa bibliográfica, realizaremos a pesquisa documental, a partir dos documentos disponíveis no portal da transparência.

Para pesquisar precisamos de métodos e técnicas que nos levem criteriosamente a resolver problemas. [...] é pertinente que a pesquisa científica esteja alicerçada pelo método, o que significa elucidar a capacidade de observar, selecionar e organizar cientificamente os caminhos que devem ser percorridos para que a investigação se concretize (Gaio, Carvalho e Simões, 2008, p. 148).

Desse modo, a análise e interpretação dos dados desenhará as respostas ao nosso problema de pesquisa, sobre a função do controle interno nas organizações e sua relevância no processo de tomada de decisões.

3.4 PLANO PARA ANÁLISE DOS DADOS E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Para auxiliar na realização da coleta de dados, utilizaremos a revisão sistemática da literatura disponíveis nos Periódicos Nacionais de Contabilidade com editoriais de Programas de Pós-Graduação Associados ou Parceiros institucionais da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, que apresentem Qualis A2. Serão um total de 4 revistas analisadas, que terão suas publicações inseridas em nossa revisão. De acordo com Sampaio e Mancin (2007):

As revisões sistemáticas são particularmente úteis para integrar as informações de um conjunto de estudos realizados separadamente sobre determinada terapêutica/intervenção, que podem apresentar resultados conflitantes e/ou coincidentes, bem como identificar temas que necessitam de evidência, auxiliando na orientação para investigações futuras [...] e [...] permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao invés de limitar as conclusões à leitura de somente alguns artigos (Sampaio e Mancini, 2007, p. 84).

Além das revistas que serão analisadas, buscaremos no portal de transparência dados e informações úteis que auxiliaram na construção do respectivo projeto de pesquisa. Ademais, o resultado do respectivo trabalho de pesquisa será apresentado junto a banca avaliadora da Unitins, do Campus Augustinópolis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS NA PREVENÇÃO DE ERROS E FRAUDES

A eficácia dos controles internos na prevenção de erros e fraudes é um tema amplamente estudado, especialmente devido à sua relevância para a integridade e a transparência das organizações. A implementação de controles internos eficientes desempenha papel fundamental na

redução de riscos operacionais e financeiros, bem como na garantia da confiabilidade das informações contábeis e financeiras.

Segundo Carmona, Pereira e Santos (2010), o controle interno consiste em um conjunto de mecanismos implementados pela administração para prevenir irregularidades e gerenciar os riscos. Para que isso seja eficaz, é essencial que a organização possua uma estrutura interna robusta e sistemas de governança capazes de apoiar os gestores na monitoração e no controle mais eficiente das atividades realizadas.

Estes controles, quando bem estruturados, criam barreiras que limitam as oportunidades de fraude, uma vez que dificultam o acesso não autorizado aos recursos e às informações sensíveis da empresa. Além disso, ajudam a identificar erros operacionais que podem ocorrer no decorrer dos processos, garantindo que as operações sejam realizadas de acordo com as normas e regulamentações estabelecidas.

Pesquisas indicam que um sistema de controle interno organizado contribui para o desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada à ética e à conformidade, impactando o comportamento dos colaboradores em todos os níveis da hierarquia. A cultura de controle atua, assim, como uma forma de dissuasão, pois os funcionários tendem a evitar comportamentos que possam ser monitorados e punidos. Esta conscientização e o treinamento regular de funcionários são apontados como fatores essenciais para o sucesso dos controles internos.

A eficácia dos controles internos, entretanto, não está ligada apenas à sua implementação, mas também à necessidade de avaliação contínua e adaptação frente às mudanças no ambiente de negócio. Por exemplo, sistemas tecnológicos e automação permitem aprimorar a capacidade de monitoramento e a resposta rápida a eventuais inconsistências. Porém, o excesso de confiança nesses sistemas sem uma supervisão humana adequada pode abrir novas oportunidades para fraudes, especialmente as que envolvem manipulação de dados. Attie (1998 p.114) confirma que “quando não existem procedimentos adequados de controle interno, são frequentes os erros involuntários e os desperdícios”.

Com o crescimento significativo dos negócios e o risco elevado de cometer decisões erradas, houve uma ênfase maior na criação de normas e procedimentos internos. Considerando que o administrador não poderia acompanhar pessoalmente todas as operações da empresa, tornou-

se mais eficaz estabelecer um sistema de monitoramento para verificar as ações executadas pela organização.

Em organizações com auditoria interna ativa e independente, é observada uma redução significativa nos casos de fraude, pois a auditoria desempenha um papel essencial na revisão e aprimoramento contínuo dos controles internos. Ao identificar falhas e sugerir melhorias, ela contribui para o fortalecimento do sistema de controle da organização. Além de fiscalizar, a auditoria interna promove um processo contínuo de melhorias, o que resulta em maior credibilidade e solidez nos processos internos da empresa.

Portanto, é notório que a eficácia dos controles internos na prevenção de erros e fraudes depende diretamente da qualidade do planejamento, da execução contínua e da supervisão adequada. Organizações que investem em controles internos robustos e em uma cultura de conformidade tendem a apresentar menores índices de irregularidades e a conquistar maior confiança no mercado.

4.2 O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA NA AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

A auditoria pode ser entendida como um processo contábil que consiste na análise dos registros e das demonstrações financeiras, com o objetivo de verificar sua precisão, autenticidade e conformidade com as normas contábeis estabelecidas.

Sá (1998, p.25) define auditoria como:

Uma tecnologia contábil aplicada ao sistemático exame dos registros, demonstrações e de quaisquer informes ou elementos de consideração contábil, visando a apresentar opiniões, conclusões críticas e orientações sobre situações ou fenômenos patrimoniais da riqueza aziendal, pública ou privada, quer ocorridos, quer por ocorrer ou prospectados e diagnosticados.

A auditoria desempenha uma função crucial em diversas áreas da organização, sendo essencial para refletir a realidade financeira e econômica da empresa. Ela contribui para gerar credibilidade e confiança nos registros contábeis, além de fornecer apoio valioso para os gestores na tomada de decisões estratégicas. A auditoria pode ser dividida em duas modalidades: interna e externa. O profissional responsável por essa atividade é o auditor, que pode ser um colaborador da

própria empresa no caso da auditoria interna, ou um especialista externo contratado para realizar a auditoria externa.

A auditoria interna exerce um papel essencial na avaliação dos controles internos, garantindo que eles estejam operando de forma eficaz e em conformidade com os objetivos organizacionais. Essa função é responsável por analisar e monitorar os processos e procedimentos implementados pela organização, identificando pontos de vulnerabilidade que podem comprometer a segurança e a integridade das informações financeiras e operacionais. Outrossim, a auditoria interna vai além da simples identificação de fraudes e erros. Ela desempenha um papel importante na promoção de uma cultura de controle dentro da organização, além de sugerir melhorias que ajudem na redução de riscos.

Pesquisas indicam que a auditoria interna desempenha um papel relevante na construção de um ambiente de controle mais sólido, uma vez que oferece uma análise imparcial e aprofundada dos processos internos. Esse processo possibilita à alta gestão tomar decisões fundamentadas sobre a necessidade de realizar ajustes e aprimorar as operações da organização. Além disso, ela assegura que as políticas e diretrizes estabelecidas pela organização sejam devidamente seguidas, funcionando como uma linha de defesa essencial contra o descumprimento de normas.

Outro aspecto relevante destacado é a capacidade da auditoria interna de antecipar riscos e propor recomendações proativas. Por meio de uma avaliação contínua dos controles internos, a auditoria contribui para identificar áreas que apresentam maior propensão a erros ou irregularidades, fortalecendo, assim, a resiliência da organização frente a ameaças externas e internas. Com base em avaliações periódicas, os auditores internos podem sugerir ações corretivas e preventivas que melhoram o controle e reduzem a possibilidade de fraudes e erros.

Outrossim, também tem um papel crucial no processo de aprimoramento contínuo dos controles internos, criando um ciclo de avaliação e melhoria que possibilita à organização se ajustar a novos desafios e mudanças no contexto regulatório. Conforme as regulamentações e as expectativas do mercado evoluem, a auditoria interna atua para assegurar que os controles estejam alinhados com as melhores práticas e normas vigentes, o que reforça a transparência e a confiança dos stakeholders.

Além disso, a auditoria interna contribui significativamente para a eficácia dos controles internos, não apenas ao identificar problemas, mas também ao fornecer suporte à gestão na

otimização dos processos de governança e conformidade. Com isso, a organização alcança um nível mais elevado de controle e estabilidade, o que beneficia tanto a sua performance operacional quanto a sua imagem perante o mercado

4.3 SEGREGAÇÃO DE FUNÇÃO COMO MECANISMO DE CONTROLE

A segregação de funções é um mecanismo de controle essencial para mitigar riscos de fraudes e erros em processos internos. Sua aplicação consiste em dividir as tarefas e responsabilidades entre diferentes pessoas, de modo que uma única pessoa não tenha controle total sobre todas as etapas de uma transação ou processo. Isso ajuda a reduzir o risco de irregularidades e melhora a transparência dentro da organização, ao limitar as possibilidades de manipulação de dados ou desvio de recursos.

O Manual de Auditoria do Sistema do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Conselho Regional de Contabilidade (CRC), (2007, p. 109), afirma que a segregação de funções é o “princípio básico do sistema de controle interno que consiste na separação de funções, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações”.

A divisão de responsabilidades é essencial para assegurar a integridade e a confiança nas operações da empresa. Ao alocar funções importantes entre vários colaboradores, a organização estabelece uma proteção contra abusos de poder e fraudes. Esse controle é particularmente importante em processos que envolvem manuseio de ativos financeiros e operações contábeis, pois impede que uma mesma pessoa realize atividades conflitantes, como aprovar e executar pagamentos.

Seguindo esse contexto o manual do CFC/ CRC, a Apostila de Controle Interno e Auditoria Governamental do Estado das Minas Gerais (2012, p. 5), enfatiza que “ninguém deve ter sob sua responsabilidade todas as fases inerentes a uma operação as quais devem ser executadas por pessoas e setores independentes entre si”. Além disso, estudos apontam que a segregação de funções contribui para o fortalecimento dos controles internos ao dificultar a ocorrência de erros não intencionais. Ao dividir as responsabilidades, é possível identificar rapidamente eventuais discrepâncias, o que facilita a detecção precoce de problemas e permite a implementação de ações

corretivas. A revisão e supervisão cruzada entre departamentos e funcionários cria um ambiente de maior controle e reduz o risco de omissões ou falhas nos processos.

Por outro lado, a implementação eficaz da segregação de funções depende de uma estrutura organizacional adequada e da conscientização dos colaboradores sobre a importância desse controle. “Não adianta a empresa implantar um excelente sistema de controle interno sem que alguém verifique periodicamente se os funcionários estão cumprindo o que foi determinado no sistema ou se o sistema não deveria ser adaptado às novas circunstâncias”. (Almeida, 2009, p. 70).

Alguns autores destacam que o êxito de um sistema de segregação de funções depende fortemente do comprometimento da alta administração em estabelecer de forma clara as funções e responsabilidades dentro da organização. É essencial que todos os colaboradores compreendam o papel que desempenham dentro do processo, garantindo que cada um tenha conhecimento de suas atribuições e limites. No entanto, em empresas de menor porte, onde os recursos humanos são mais limitados, pode ser necessário recorrer a controles compensatórios.

Esses controles podem incluir, por exemplo, a revisão periódica das atividades por uma parte externa, a fim de reduzir os riscos associados à falta de segregação total das funções, garantindo, assim, que a integridade do processo seja preservada mesmo com a limitação de pessoal. De acordo com Filho (2008), a segregação de funções deve ser orientada pelo princípio de "quem faz não controla", que visa garantir uma clara separação entre as atividades de execução e as de supervisão. Essa divisão é crucial para evitar que o sistema se torne vulnerável a falhas, manipulações ou abusos de autoridade, uma vez que impede que uma única pessoa tenha controle total sobre o processo.

Além disso, Attie (2009, p. 153) argumenta que, embora seja necessária uma distinção entre as funções e departamentos envolvidos para garantir a segregação adequada, é igualmente importante que as diversas atividades sejam bem integradas e coordenadas. Para que o sistema funcione de forma eficiente, as equipes precisam colaborar e se comunicar de maneira eficaz, garantindo que a separação de funções não prejudique a fluidez e a coesão do trabalho organizacional.

Desta maneira, a segregação de funções se revela como uma prática fundamental dentro do sistema de controle interno, desempenhando um papel vital na garantia de maior segurança e confiabilidade nos processos organizacionais. Ao separar as responsabilidades e funções de forma

adequada, ela reduz riscos de fraudes, erros e abusos, promovendo um ambiente de maior transparência.

A implementação dessa prática é amplamente reconhecida como uma recomendação essencial de governança corporativa, sendo crucial não apenas para a manutenção da integridade das operações da empresa, mas também para a proteção dos seus ativos e a preservação de sua reputação. Dessa forma, a segregação de funções contribui diretamente para a criação de um sistema robusto de controle e fiscalização dentro da organização, garantindo a continuidade e a sustentabilidade dos seus negócios.

4.4 O CUSTO-BENEFÍCIO DOS CONTROLES INTERNOS NA GESTÃO CONTÁBIL

A análise de custo-benefício dos controles internos na gestão contábil é um aspecto relevante para as organizações, pois envolve a avaliação dos recursos investidos na implementação desses controles em relação aos benefícios obtidos em termos de redução de riscos e aumento da segurança das operações. Embora a implementação de controles internos possa demandar investimentos iniciais substanciais, incluindo despesas com treinamentos, auditorias e sistemas de monitoramento, os benefícios a longo prazo superam amplamente esses custos iniciais.

Ao investir em um sistema robusto de controles internos, as empresas podem evitar perdas financeiras consideráveis e danos à sua reputação, além de garantir maior eficiência e conformidade com as regulamentações. Assim, embora o custo inicial seja um fator a ser considerado, os resultados positivos gerados pela redução de riscos e pela maior segurança nas operações organizacionais tendem a justificar amplamente o investimento.

Diversos estudos apontam que a implementação de controles internos eficazes é crucial para garantir a precisão e a confiabilidade dos registros contábeis, ajudando a minimizar significativamente os riscos financeiros e operacionais que as empresas enfrentam. De acordo com os autores, a adoção de controles internos robustos possibilita a detecção precoce de erros e inconsistências nos processos, permitindo que ações corretivas sejam tomadas rapidamente. Esse monitoramento contínuo ajuda a prevenir prejuízos substanciais e a proteger a organização contra possíveis falhas nos sistemas financeiros. Além disso, empresas que adotam um sistema sólido de

controle interno estão menos sujeitas a penalidades regulatórias, o que resulta em uma economia significativa em custos relacionados a litígios e danos à reputação da empresa.

Por outro lado, a relação custo-benefício dos controles internos pode variar consideravelmente, dependendo do porte e do setor de atuação da organização. Em empresas de menor porte, onde os recursos são mais limitados, pode ser necessário implementar controles mais simples e direcionados, priorizando áreas de maior risco. No entanto, mesmo nessas empresas, os benefícios derivados da prevenção de fraudes e da garantia de conformidade com as regulamentações superam os custos envolvidos na implantação desses controles.

Adicionalmente, com os avanços tecnológicos, muitas empresas têm conseguido reduzir os custos associados aos controles internos sem comprometer sua eficácia. A introdução de ferramentas automatizadas, como softwares de monitoramento e análise de dados, tem permitido uma supervisão contínua e precisa dos processos contábeis, o que diminui a necessidade de intervenção manual. Isso não apenas reduz os custos operacionais, mas também aumenta a eficiência e a precisão dos sistemas de controle, proporcionando às organizações uma forma mais ágil e econômica de garantir a conformidade e a segurança de suas operações.

Peter e Machado (2003, p. 25) afirmam de maneira enfática que "o custo de um controle não deve exceder aos benefícios que o mesmo possa proporcionar". Isso implica que, ao implantar controles internos, é fundamental que os benefícios obtidos com sua implementação sejam superiores ou, no mínimo, iguais aos custos envolvidos. Dessa forma, é essencial realizar uma análise cuidadosa e detalhada das necessidades específicas da empresa antes de adotar qualquer sistema de controle interno, garantindo que a solução escolhida seja compatível com os recursos disponíveis e com os objetivos organizacionais.

Essa avaliação criteriosa assegura que a empresa possa atingir o equilíbrio necessário entre a eficiência do controle e a viabilidade financeira, evitando gastos excessivos que possam comprometer a saúde financeira da organização sem gerar retornos proporcionais em termos de segurança e eficácia.

4.5 COMPARAÇÕES DE TRABALHOS DE REGIÕES DISTINTAS

Estudos comparativos sobre a importância do controle interno na prevenção de erros e fraudes indicam que, embora existam práticas universais, as abordagens adotadas variam substancialmente entre diferentes regiões do mundo, refletindo as particularidades culturais, econômicas e regulatórias de cada local. Nos Estados Unidos, por exemplo, onde a legislação é extremamente rigorosa e as penalidades por fraudes corporativas são severas, as empresas tendem a fazer investimentos significativos em controles internos e auditorias regulares.

Esse comportamento é impulsionado pela necessidade de conformidade com legislações como a Lei Sarbanes-Oxley, que exige auditorias periódicas e a implementação de controles financeiros robustos para garantir a transparência e a precisão nas informações financeiras das empresas. Como resultado, os Estados Unidos se destacam pela adoção de práticas avançadas de governança corporativa e compliance (Miller & Johnson, 2019), com um foco claro em evitar fraudes e aumentar a confiança do mercado.

Por outro lado, na Europa, embora a regulação também seja rigorosa, a ênfase na prevenção de fraudes tende a estar mais conectada à cultura organizacional e à responsabilidade social corporativa. Em países como Alemanha e França, por exemplo, as empresas não apenas cumprem as exigências legais, mas também desenvolvem uma verdadeira cultura de controle interno, que se estende além da conformidade regulatória.

Essas organizações investem na promoção de treinamentos constantes e adotam uma abordagem proativa para identificar riscos, integrando os sistemas de controle aos valores organizacionais, com o objetivo de criar um ambiente ético e transparente. O foco está em construir uma cultura de integridade que favoreça não apenas o cumprimento das normas, mas também a construção de relações de confiança com os stakeholders (Schmidt & Weber, 2020).

Na América Latina, a implementação de controles internos enfrenta desafios consideráveis, especialmente em pequenas e médias empresas, devido à escassez de recursos financeiros e à falta de treinamento especializado. No Brasil, por exemplo, enquanto grandes corporações seguem práticas semelhantes às observadas em países desenvolvidos, muitas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) ainda apresentam controles internos frágeis. Muitas vezes, esses controles são implementados apenas para atender aos requisitos legais mínimos, o que resulta em sistemas pouco

eficazes e vulneráveis a fraudes e erros (Oliveira & Pereira, 2021). Esse cenário é agravado pela falta de investimento contínuo em treinamento e no fortalecimento da estrutura de controles, o que aumenta a exposição a riscos operacionais.

Gonzalez e Ramirez (2018) apontam que a realidade no México é semelhante. Muitas empresas veem os controles internos como um custo adicional, em vez de uma ferramenta essencial para a proteção do patrimônio e a garantia de estabilidade financeira. No entanto, os mesmos autores observam que empresas que adotam um sistema de controles internos mais estruturado, mesmo em contextos econômicos desfavoráveis, tendem a apresentar resultados financeiros mais estáveis e a sofrer menos com problemas relacionados a fraudes e falhas operacionais.

Essa comparação entre diferentes regiões do mundo evidencia que, independentemente da localização geográfica, as empresas que investem de forma consistente e estruturada em controles internos conseguem oferecer maior proteção contra erros e fraudes. A prática de implantar controles eficazes não apenas ajuda na gestão de riscos, mas também fortalece a reputação da organização. Isso ocorre porque os controles internos aumentam a confiança dos stakeholders e facilitam o cumprimento das normas e regulamentações locais, proporcionando uma base sólida para o crescimento sustentável (Silva & Rodrigues, 2017). Assim, a relevância do controle interno na prevenção de erros e fraudes é universal, embora a intensidade dos investimentos e as abordagens adotadas variem conforme as características regionais e os contextos econômicos de cada país.

4.6 ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE CONTROLE PREVENTIVO E DETECTIVOS

A análise comparativa entre os controles preventivos e detectivos é crucial para entender como cada tipo contribui de maneira distinta, mas complementar, para a eficácia dos sistemas de controle interno na prevenção de erros e fraudes. Ambos os tipos de controle desempenham papéis essenciais na mitigação de riscos, mas com finalidades diferentes que visam proteger a integridade das operações organizacionais e garantir a continuidade dos negócios de forma segura.

Os controles preventivos têm como objetivo primordial evitar que erros ou fraudes possam vir a ocorrer, atuando de forma antecipada para impedir irregularidades antes mesmo de elas se manifestarem. Eles são estabelecidos por meio de barreiras e procedimentos específicos que

dificultam a materialização de atos ilícitos. Exemplos típicos de controles preventivos incluem a segregação de funções, a definição clara de políticas e procedimentos, treinamentos regulares para os colaboradores e a autorização prévia para a execução de transações financeiras.

Ao bloquear oportunidades de práticas ilícitas, esses controles tornam o ambiente organizacional mais seguro e reduzem a necessidade de correções subsequentes. Além disso, os controles preventivos são fundamentais para criar uma cultura de conformidade dentro da organização, pois proporcionam aos colaboradores uma compreensão clara dos limites e das regras que devem ser seguidos, o que reduz a probabilidade de comportamentos inadequados.

Por outro lado, os controles detectivos são projetados para identificar erros ou fraudes que já ocorreram, permitindo a adoção de medidas corretivas de maneira eficaz e em tempo hábil. Esses controles incluem práticas como auditorias internas, revisões periódicas de transações, reconciliações contábeis e o monitoramento em tempo real de sistemas e processos críticos. Estudos mostram que os controles detectivos são eficazes na rápida identificação de falhas ou irregularidades, o que ajuda a minimizar os impactos financeiros e operacionais desses problemas, especialmente quando há um plano de ação corretiva bem estruturado para conter os danos. No entanto, a eficácia dos controles detectivos depende fortemente da rapidez e precisão com que as falhas são identificadas. Caso a detecção ocorra de forma tardia, pode resultar em prejuízos irreversíveis, afetando a estabilidade da organização.

A principal diferença entre esses dois tipos de controle está na abordagem que cada um adota: enquanto os controles preventivos buscam impedir a ocorrência de irregularidades, os controles detectivos atuam após o fato, visando identificar e corrigir os problemas de forma rápida para minimizar seus efeitos. Ambos os controles são essenciais para a construção de uma estrutura de controle interno robusta. Dependendo exclusivamente de controles preventivos, a organização pode se deparar com falhas em situações mais complexas ou diante de novas ameaças, já os controles detectivos sozinhos podem resultar em um ambiente de maior risco, no qual as falhas só são tratadas depois de se concretizarem.

A combinação eficaz de controles preventivos e detectivos aumenta substancialmente a eficácia da gestão de riscos, uma vez que proporciona um sistema de controle mais abrangente e adaptável. Eles destacam que, em setores altamente regulados, como o setor financeiro, essa combinação é especialmente crucial, não apenas para garantir o cumprimento das exigências legais,

mas também para proteger a reputação da empresa, evitando escândalos e danos à imagem corporativa.

Em síntese, tanto os controles preventivos quanto os detectivos desempenham papéis vitais dentro de um sistema de controle interno eficiente. Enquanto os primeiros ajudam a reduzir a probabilidade de ocorrência de falhas e atos ilícitos, os segundos garantem que quaisquer desvios sejam identificados rapidamente e corrigidos de forma ágil. Juntas, essas práticas contribuem significativamente para a segurança e a estabilidade dos processos organizacionais, tornando as empresas mais resilientes diante de riscos e mais confiáveis perante seus stakeholders.

4.7 COMO DIFERENCIAR ERROS E FRAUDES DE ACORDO COM O CÓDIGO DE ÉTICA

No contexto do controle interno e da prática contábil, a diferenciação entre erros e fraudes é fundamental para garantir a integridade, transparência e responsabilidade no exercício da profissão contábil. O Código de Ética Profissional do Contador, estabelecido pela Resolução CFC nº 1.590/2020, orienta os profissionais sobre como lidar com essas situações, destacando a importância da prevenção, identificação e correção de falhas.

Erros são falhas não intencionais cometidas durante o exercício da atividade contábil. Eles podem surgir devido a fatores como desatenção, desconhecimento, falta de informações ou aplicação inadequada de normas contábeis. No contexto de controle interno, erros podem ocorrer em qualquer fase do processo contábil, desde o lançamento de transações até a geração de relatórios financeiros.

Embora os erros não tenham caráter intencional, eles podem comprometer a credibilidade das informações financeiras. Portanto, o Código de Ética Profissional do Contador exige que o profissional atue com diligência e competência para prevenir e corrigir erros de maneira eficaz.

A fraude, por sua vez, é uma ação deliberada e intencional com o objetivo de enganar, manipular ou distorcer informações com o intuito de obter vantagem indevida, ocultar falhas financeiras ou prejudicar a organização ou terceiros. Em um sistema de controle interno, a fraude pode ocorrer de diversas formas, como a falsificação de documentos (como faturas ou recibos

falsos), manipulação de relatórios financeiros para mascarar a real situação financeira da empresa e desvios de recursos (apropriação indevida de dinheiro ou ativos).

As fraudes são muito mais graves do que os erros, pois envolvem má-fé, e podem causar danos significativos à credibilidade das informações contábeis e à confiança pública nas organizações. De acordo com o Código de Ética, o contador não pode compactuar com fraudes e tem o dever de denunciar qualquer irregularidade descoberta em seu trabalho. No que diz respeito ao controle interno, tanto os erros quanto às fraudes exigem medidas para minimizar e corrigir as falhas. No entanto, a fraude exige uma postura mais rigorosa do contador, que deve garantir a denúncia e não compactuar com qualquer prática ilícita.

4.8 ERROS E FRAUDES NO BRASIL: EXEMPLOS DE FALÊNCIAS DE EMPRESAS E AS LIÇÕES APRENDIDAS – VIA S.A., BANCO CRUZEIRO DO SUL, BANCO PAN AMERICANO E LOJAS AMERICANAS

O Brasil tem uma longa história de crises empresariais que envolvem erros de gestão e fraudes contábeis, que muitas vezes resultam em falências devastadoras para as empresas e para a economia. Casos como os da Via S.A., Banco Cruzeiro do Sul e Banco Pan Americano e Lojas Americanas, ilustram como a combinação de práticas de gestão inadequadas, erros financeiros e fraudes podem levar uma empresa ao colapso. Esses exemplos oferecem lições valiosas sobre a importância de controle interno, governança corporativa e transparência nas operações empresariais, além de destacar as consequências de falhas no sistema de supervisão e auditoria.

4.8.1 Caso Via S.A. (Via Varejo)

A Via S.A., operadora de grandes redes de varejo como Casas Bahia e Ponto Frio, enfrentou graves problemas financeiros no decorrer de sua trajetória, resultando em uma reestruturação significativa. A empresa, que passou por uma série de aquisições e fusões, enfrentou dificuldades em se adaptar às mudanças no mercado e a uma gestão financeira desequilibrada. Em 2020, a Via S.A. reportou grandes perdas financeiras e um alto nível de endividamento, culminando em uma crise que levou à reestruturação da companhia e ao pedido de recuperação judicial em 2021.

Os erros cometidos pela Via S.A. podem ser atribuídos, principalmente, à falta de alinhamento estratégico e falta de controle de custos. A empresa fez investimentos excessivos em ativos que não geraram retorno suficiente, como a expansão da rede de lojas físicas em um mercado cada vez mais digital. Além disso, a má gestão do fluxo de caixa e a falta de adaptação às novas tendências de consumo contribuíram para o agravamento da crise financeira.

O caso da Via S.A. demonstrou a importância de uma gestão estratégica eficiente, especialmente em tempos de mudanças rápidas no comportamento do consumidor. A falência reforçou a necessidade de controle de custos rigoroso e da adaptação rápida ao mercado digital, um setor em que a empresa acabou perdendo competitividade. Além disso, a reestruturação da empresa trouxe à tona a importância da transparência financeira e do controle interno eficaz para prevenir crises futuras.

4.8.2 Caso Banco Cruzeiro do Sul (2012)

Fundado em 1990 em São Paulo, o Banco Cruzeiro do Sul era uma instituição financeira de médio porte, mas entrou em falência em 2012, após enfrentar uma grave crise de confiança e sérias irregularidades financeiras. A falência foi precedida por fraudes contábeis graves, que envolviam a falsificação de documentos e a manipulação de balanços financeiros, com o objetivo de esconder a real situação econômica do banco. Durante o período em que o banco estava em dificuldades, os executivos apresentaram dados financeiros falsificados, divulgando lucros inexistentes e mascarando dívidas substanciais, o que contribuiu para a perda de confiança por parte de investidores e clientes.

O Banco Cruzeiro do Sul utilizou práticas fraudulentas, como a criação de ativos inexistentes e a manipulação de passivos, para apresentar uma situação financeira aparentemente sólida. Os ativos foram inflados artificialmente, enquanto as dívidas e prejuízos foram ocultados. Quando a fraude foi descoberta, o banco já enfrentava uma grave falta de liquidez, o que tornou impossível a sua recuperação financeira, resultando na falência da instituição.

O colapso do Banco Cruzeiro do Sul afetou profundamente seus clientes e investidores, com muitas pessoas perdendo seus recursos depositados. Além disso, o caso teve repercussões significativas no mercado financeiro nacional, gerando um impacto negativo na confiança do

público em relação ao sistema bancário. Esse episódio evidenciou a necessidade urgente de supervisão mais rigorosa e de auditorias externas independentes, que são essenciais para garantir a veracidade e integridade das informações financeiras apresentadas pelas instituições financeiras.

Outrossim, sua falência trouxe à tona várias lições importantes para o setor bancário e para o mercado financeiro como um todo. Primeiramente, ficou claro que controles internos eficazes, uma governança corporativa sólida e a transparência financeira são fundamentais para prevenir fraudes e manter a confiança do mercado. Além disso, a auditoria externa independente desempenha um papel crucial na detecção de irregularidades financeiras antes que elas possam causar danos irreparáveis. O caso também reforçou a necessidade de uma supervisão contínua por parte do Banco Central, para garantir que as instituições financeiras cumpram as normas estabelecidas e operem de maneira ética e responsável.

4.8.3 Caso Banco Pan Americano (2010)

O Banco Pan Americano, fundado em 1969, é outro exemplo de uma instituição financeira que enfrentou sérias dificuldades e acabou passando por um processo de reestruturação. Em 2010, foi revelado que o banco havia sido envolvido em fraudes contábeis significativas, com a manipulação de informações financeiras para inflar ativos e esconder prejuízos. A fraude foi descoberta durante uma auditoria realizada pelo Banco BTG Pactual, que revelou que o banco havia inflado seus ativos em cerca de R\$4 bilhões.

A fraude cometida pelo Banco Pan Americano envolveu a falsificação de documentos e a manipulação de balanços financeiros, com a intenção de apresentar uma situação financeira mais favorável do que a real. A fraude foi parte de uma estratégia de mascaramento de perdas, na qual os ativos não existiam, mas eram apresentados como reais nos demonstrativos financeiros. A descoberta da fraude resultou em uma intervenção do Banco Central e no processo de recuperação judicial da instituição.

A falência do Banco Pan Americano gerou perdas significativas para seus investidores e correntistas, além de causar um grande impacto no mercado financeiro brasileiro. A intervenção do Banco Central foi essencial para a liquidação ordenada do banco, e as consequências da fraude foram amplamente divulgadas, o que afetou a confiança do público no sistema bancário. A falência

também resultou em uma reavaliação da eficácia das auditorias realizadas nas instituições financeiras, especialmente no que diz respeito à fiscalização de ativos e à transparência nas demonstrações financeiras.

A fraude no banco exemplifica como a falsificação de documentos e manipulação de balanços podem destruir uma instituição financeira e prejudicar um grande número de pessoas. Esse caso destaca a importância de auditorias externas independentes, fiscalização rigorosa por parte do Banco Central e da necessidade de sistemas de governança sólidos dentro das instituições financeiras. Além disso, é fundamental que as empresas e seus gestores adotem práticas éticas e transparentes para evitar a manipulação de informações e garantir a confiança do mercado.

4.8.4 Caso Lojas Americanas

No início de 2023, o mercado financeiro brasileiro foi abalado pela revelação de irregularidades contábeis nas Lojas Americanas, uma das maiores redes varejistas do país. O caso trouxe à tona práticas financeiras envolventes que ocultaram um rombo de aproximadamente R\$20 bilhões nas contas da empresa. Essa situação gerou impactos significativos no mercado financeiro, na economia e na recomendação da companhia, levantando discussões sobre ética empresarial e governança corporativa.

A fraude foi revelada por meio de uma prática chamada “risco sacado”, que envolvia antecipação de pagamentos a fornecedores via instituições financeiras. Esse tipo de operação é comum no mercado, mas, no caso da Americanas, foi registrada de maneira a esconder dívidas. Em vez de aparecerem como passivos nos balanços contábeis, essas obrigações foram mascaradas como operações financeiras. A descoberta evidenciou falhas graves nos mecanismos de controle interno e na supervisão das práticas contábeis da empresa. Isso trouxe questionamentos sobre a responsabilidade dos gestores e do conselho de administração, além de colocar em xeque a eficácia das auditorias independentes.

O caso levou a Americanas a solicitar recuperação judicial, uma medida destinada a evitar a falência e reestruturar suas dívidas. Além disso, o Ministério Público, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outros órgãos iniciaram investigações sobre possíveis crimes financeiros, como fraude contábil e gestão temerária. Os controladores da empresa, Jorge Paulo Lemann,

Marcel Telles e Beto Sicupira, foram pressionados a se pronunciar sobre sua responsabilidade no episódio, embora tenham alegado desconhecimento das irregularidades.

O escândalo das Lojas Americanas é um marco na história corporativa brasileira, não apenas pelo impacto financeiro, mas também pelo alerta que representa para empresas, investidores e reguladores. Ele reforça a necessidade de práticas empresariais mais éticas e transparentes, além de destacar a importância de uma governança corporativa eficiente e de uma fiscalização rigorosa. Por fim, o caso serve como um lembrete de que a confiança no mercado depende da integridade das informações financeiras e da responsabilidade da entidade.

4.9 RELAÇÃO DE ESTUDOS QUE ABRANGEM O CONTROLE INTERNO

Como forma de aprofundamento de nossa pesquisa, buscamos analisar artigos já publicados que abrangem a temática proposta, como forma de conhecer nosso objeto de pesquisa. Abaixo, temos a evidenciação de alguns artigos catalogados, os quais foram extraídos de duas revistas, sendo elas: a revista contabilidade vista & revista, a qual publica artigos relacionados a duas grandes áreas temáticas: Contabilidade Financeira - enfoca temas teóricos e práticos relativos à Contabilidade Financeira das organizações; e Controladoria e Finanças - congrega pesquisas relacionadas aos sistemas de controle gerencial e às finanças corporativas das organizações. Tais áreas são alinhadas às linhas de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade (PPGC) da Universidade Federal de Minas Gerais.

E a revista contemporânea de contabilidade, a qual tem por missão interagir com diferentes públicos e instituições no que diz respeito aos conhecimentos contábeis, tanto em nível nacional como internacional, divulgar e fomentar o desenvolvimento de metodologias e procedimentos nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão em atividades contábeis, e contribuir para a formação humana e profissional nos limites das discussões e possibilidades das Ciências Econômicas e Sociais Aplicadas. Está direcionada para pesquisadores, professores, estudantes e profissionais de temas contábeis. Ambas as revistas possuem Qualis A2.

Tabela 1 – Relação de artigos catalogados

TÍTULO	AUTORES	ANO	QUALIS
CONTROLES INTERNOS EMPRESARIAIS E GESTÃO: VISÕES E IMPORTÂNCIA- UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA	Antônio Nunes Pereira	2009	A2
A FUNÇÃO DE AUDITORIA INTERNA NA GOVERNANÇA CORPORATIVA DE BANCOS NO BRASIL: AGENTE DE CONTROLE OU INSTRUMENTO DE LEGITIMIDADE ORGANIZACIONAL?	Volnei Adriano de Freitas Joaquim Rubens Fontes Filho	2019	A2
A IMPLEMENTAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E DO COMITÊ DE AUDITORIA SEGUNDO A LEI SOX: O CASO PETROBRAS	Karina Lima da Silva Marcelle Colares Oliveira Marcia Martins Mendes De Osório Cavalcante Araújo	2009	A2
CONTROLE INTERNO: UMA ABORDAGEM TEÓRICA	Cláudio de Carvalho Mattos Rosimar Pereira Mariano	2009	A2

<p>EM UM MUNDO DE INCERTEZAS: UM SURVEY SOBRE CONTROLE INTERNO EM UMA PERSPECTIVA PÚBLICA E PRIVADA</p>	<p>Rossana Guerra de Sousa</p> <p>Saulo Diógenes Azevedo Santos Souto</p> <p>Antônio Moreira Nicolau</p>	<p>2017</p>	<p>A2</p>
<p>ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO BRASIL: OBJETIVOS, IMPORTÂNCIA E BARREIRAS PARA SUA IMPLANTAÇÃO</p>	<p>Renato Pereira Monteiro</p>	<p>2015</p>	<p>A2</p>
<p>A ADOÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS EM UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR COMO SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE MINAS GERAIS</p>	<p>Lívia Maria de Pádua Ribeiro</p> <p>Adriana Conceição Timóteo</p>	<p>2012</p>	<p>A2</p>
<p>GESTÃO DO RISCO OPERACIONAL: UMA AVALIAÇÃO DO NOVO ACORDO DE CAPITAIS - BASILÉIA II</p>	<p>José Matias Pereira</p>	<p>2006</p>	<p>A2</p>

<p>DÉFICIT DE ACCOUNTABILITY: UM ESTUDO NA DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA CONTABILIDADE</p>	<p>Eliedna de Sousa Barbosa Andréa de Oliveira Gonçalves Cláudia Ferreira da Cruz Mariana Guerra</p>	<p>2023</p>	<p>A2</p>
<p>A IMPORTÂNCIA DA AUDITORIA NA DETECÇÃO DE FRAUDES</p>	<p>Geraldo José Pinheiro Luís Roberto Silva Cunha</p>	<p>2009</p>	<p>A2</p>
<p>COMITÊ DE AUDITORIA OU ÓRGÃOS EQUIVALENTES NO CONTEXTO DA LEI SARBANES-OXLEY: ESTUDO DA PERCEPÇÃO DOS GESTORES DE EMPRESAS BRASILEIRAS EMITENTES DE AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS – ADRS</p>	<p>Ivam Ricardo Peleias João Bosco Segreti Catarina de Araújo Costa</p>	<p>2009</p>	<p>A2</p>
<p>CONTROLES INTERNOS EMPRESARIAIS E GESTÃO: VISÕES E IMPORTÂNCIA- UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA</p>	<p>Antônio Nunes Pereira</p>	<p>2009</p>	<p>A2</p>

Fonte: Próprio Autor, 2024.

As respectivas obras abordam a importância do controle interno, como exemplo, a pesquisa intitulada “CONTROLES INTERNOS EMPRESARIAIS E GESTÃO: VISÕES E IMPORTÂNCIA - UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA”, que se trata de um estudo

exploratório, o qual apresenta que o controle interno tem o potencial de beneficiar a administração não só na prevenção de fraudes. Nesse sentido, a pesquisa procurou identificar aspectos que representem uma outra função, vista como crucial, dos controles internos para a gestão empresarial.

Com base nos dados apresentados no artigo, é possível argumentar que há uma relevante contribuição do controle interno para a gestão empresarial, conforme indicado pela literatura. Portanto, a relevância do controle interno para a administração das empresas parece estar relacionada ao seu potencial informativo para os gestores.

A obra intitulada “EM UM MUNDO DE INCERTEZAS: UM SURVEY SOBRE CONTROLE INTERNO EM UMA PERSPECTIVA PÚBLICA E PRIVADA”, trás o contexto do controle interno voltado ao setor público e privado, visto que o propósito deste estudo era analisar a forma como as empresas têm adotado o conceito, os principais aspectos do controle interno e os obstáculos enfrentados nesse procedimento.

Os resultados indicam que, em ambos os setores, a ideia de controle está principalmente associada à sua funcionalidade, o que pode afetar a eficácia da administração do sistema de controle, especialmente no que diz respeito à definição da responsabilidade pelas ações de controle na organização. Tanto os entrevistados do setor público quanto do privado concordam com a percepção da implementação relativa das dimensões de controle relacionadas ao ambiente de controle e aos sistemas de informação e comunicação, enfrentando como principais desafios a institucionalização da gestão de riscos, das atividades de controle e, principalmente, do monitoramento.

Os resultados refletem a dificuldade de assimilação e institucionalização de conceitos e dimensões essenciais para a gestão dos controles nas organizações públicas e privadas. Esse cenário pode levar à ineficácia do sistema de controle, seja ele implementado ou idealizado, resultando em custos sem a obtenção dos benefícios relacionados ao alcance dos objetivos organizacionais.

Em outra vertente, a obra “ANÁLISE DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO NO BRASIL: OBJETIVOS, IMPORTÂNCIA E BARREIRAS PARA SUA IMPLANTAÇÃO”, possuía o intuito de realizar uma avaliação das finalidades e relevância na gestão pública do Brasil e dos obstáculos para a implementação dos controles internos. O método de pesquisa

identificou um conjunto de onze metas para a atuação do Sistemas de Controle Interno (SCI).

Os resultados também indicam uma classificação da relevância do SCI no contexto do setor e os principais desafios para sua implementação. Um modelo teórico de cinco categorias de importância do SCI foi estabelecido: gestão de risco, informação, ética comportamental, reputação da entidade e proteção dos recursos públicos. As principais dificuldades identificadas foram a falta de uma cultura de gestão de risco, a escassez de pessoal em quantidade adequada e a competência técnica exigida.

Outrossim, além de analisar a aplicação do controle interno nos setores privados e públicos, investigamos sua aplicação no terceiro setor, compreendido pela obra intitulada “A ADOÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS EM UMA ORGANIZAÇÃO DO TERCEIRO SETOR COMO SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ASSOCIAÇÃO DE MINAS GERAIS”, esse estudo examinou a influência dos mecanismos de controle interno na viabilidade econômica de uma entidade de apoio a crianças e jovens em Minas Gerais. Por viabilidade do mesmo, foi observado que a falta de certos controles facilita a ocorrência de fraudes, erros e desperdícios de recursos materiais e financeiros. Por outro lado, os controles internos existentes contribuem para uma melhor utilização e distribuição dos recursos, bem como para uma maior transparência nas atividades realizadas, promovendo assim a sustentabilidade econômica da entidade.

Dessa forma, compreendemos a relevância do controle interno nas empresas é essencial para garantir a eficácia, transparência, conformidade e segurança dos processos e operações. Alguns pontos que destacam a importância do controle interno são: salvaguarda dos recursos da empresa, visto que, o controle interno ajuda a reduzir o risco de fraudes, desvios e perdas de ativos, assegurando que os recursos sejam utilizados corretamente e protegidos contra possíveis irregularidades.

Precisão das informações, pois com um sistema de controle bem-organizado garantirá a precisão e integridade das informações financeiras e gerenciais, fornecendo uma base sólida para a tomada de decisões estratégicas. Além da conformidade com normas e regulamentos, pois auxilia as empresas a cumprirem as leis, normas e regulamentos do setor, minimizando o risco de sanções legais e danos à reputação.

Aprimoramento dos processos operacionais, com o estabelecimento de políticas,

procedimentos e controles internos eficientes, as empresas podem otimizar seus processos, reduzir desperdícios, identificar oportunidades de melhoria e aumentar a eficiência operacional. Gerenciamento de riscos, ajudando a identificar, avaliar e gerenciar os riscos associados às atividades da empresa, contribuindo para a mitigação de ameaças potenciais e o fortalecimento da resiliência empresarial.

Transparência e responsabilidade, promovendo a prestação de contas dentro da empresa, estabelecendo responsabilidades claras e incentivando uma cultura ética e responsável. Esses aspectos evidenciam o papel crucial do controle interno na governança corporativa, na sustentabilidade dos negócios e na manutenção da confiança dos stakeholders. Outrossim, o investimento em um sistema sólido de controle interno é imprescindível para o sucesso e a integridade das entidades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a importância do controle interno nas organizações é imprescindível no que se refere a segurança, eficácia, eficiência e integridade dos processos operacionais, financeiros e de conformidade. Através de mecanismos de supervisão, monitoramento e avaliação contínua, o controle interno desempenha diversas funções cruciais, sendo algumas delas a gestão de riscos, baseada na identificação, avaliação e administração de riscos que possam impactar os objetivos da organização, os cumprimentos de leis, regulamentos e políticas internas, promovendo transparência e responsabilidade.

Outrossim, promove a proteção de ativos, preservando os recursos e ativos da empresa por meio de controles apropriados. Ao realizar a integração dessas funções de maneira estruturada e alinhada com os objetivos da organização, o controle interno contribui para o cumprimento da missão e visão empresarial, promovendo a sustentabilidade, a governança corporativa e a criação de valor a longo prazo. Investir na implementação e manutenção de um sistema de controle interno eficaz é crucial para garantir a estabilidade, a competitividade e o sucesso das empresas em um ambiente empresarial cada vez mais complexo e dinâmico.

Os casos da Via S.A., Banco Cruzeiro do Sul e Banco Pan Americano são exemplos claros de como erros de gestão e fraudes podem resultar em falências devastadoras. Em todos esses casos,

a falta de controles internos sólidos, a falta de transparência e a ausência de supervisão adequada contribuíram significativamente para o colapso das instituições. Essas falências revelam a importância de uma governança corporativa robusta, que inclua auditorias externas independentes, estratégias de controle financeiro e a implementação de práticas contábeis transparentes.

Esses exemplos também enfatizam a necessidade de maior supervisão por parte das autoridades reguladoras, como o Banco Central, e a criação de políticas mais rigorosas para evitar fraudes financeiras. As lições aprendidas com esses casos são fundamentais para a construção de um ambiente empresarial mais ético e responsável, que possa prevenir novas falências e proteger os investidores e consumidores.

O episódio envolvendo as Lojas Americanas se consolidou como um dos maiores escândalos empresariais da história recente no Brasil, trazendo repercussões que abalaram o mercado financeiro, o setor corporativo e a economia em geral. A identificação de inconsistências contábeis evidenciou não apenas práticas financeiras envolvidas, mas também deficiências relevantes na estrutura de governança. Esse caso reforça lições indispensáveis para o universo empresarial: a importância de maior clareza nas informações, o fortalecimento dos mecanismos internos de controle e a garantia de auditorias efetivas independentes. Além disso, destacou o papel crucial das reguladoras na supervisão das práticas corporativas e na preservação da confiança das autoridades de investimento.

Contudo, a problemática inicial baseada no questionamento, qual é a função dos controles internos na prevenção de fraudes e erros contábeis? E quais são as principais ferramentas e técnicas utilizadas para garantir a eficácia desses controles? Foi respondida, visto que, os controles internos são essenciais para proteger as empresas contra fraudes e erros contábeis. Pois ajudam a garantir que os processos financeiros sejam feitos de forma correta, transparente e de acordo com as regras. Sua principal função é prevenir problemas antes que eles aconteçam e, caso algo dê errado, facilitar a identificação.

Para garantir a eficiência desses processos, utiliza-se algumas práticas importantes, como dividir responsabilidades entre as pessoas (para evitar que uma única pessoa tenha controle total), verificar os registros com frequência e usar ferramentas tecnológicas que automatizam processos e tornam as operações mais seguras. Além disso, é fundamental ter políticas claras e treinar os colaboradores para que todos entendam o valor da cultura dentro de uma organização.

Em resumo, os controles internos funcionam como uma rede de segurança que protege a empresa, garantindo que suas informações financeiras sejam confiáveis e que seus recursos possam ser utilizados de forma responsável. Isso não só evita prejuízos, mas também fortalece a confiança nos resultados apresentados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcante. **Auditoria**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Auditoria: um curso moderno e completo**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1996.

ALMEIDA, Ricardo; COSTA, Maria. **Ética e Controle Interno nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2023.

ALMEIDA, Ricardo. **Fraude e Controle Interno: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2021.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: um curso moderno e completo**. São Paulo: Atlas, 2003.

Alvin A. Arens Randal J. Elder – Mark S. **Beasley, Auditing and Assurance Services**: Enap Fundação Escola Nacional de Administração Pública 8 an Integrated Approach, 2012, Prentice Hall.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ATTIE, William. **Auditoria: conceitos e aplicações**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Conceitos e aplicações**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Auditoria conceitos e aplicações - 3**. Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Notas Econômico-financeiras**. Brasília: 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ECONOMIA>> Acesso em: 24 de set de 2024.

BANCO PANAMERICANO. **Relação com Investidores: Informações Gerais e Financeiras. Resultados Trimestrais, Anuais e Demonstrações Financeiras**. São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://www.panamericano.com.br/site/content/ri1/Default.aspx>> Acesso em: 14 de set de 2024.

BARBOSA, E. de S.; GONÇALVES, A. de O. .; CRUZ, C. F. da .; GUERRA, M. DÉFICIT DE ACCOUNTABILITY:: **UM ESTUDO NA DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS DA UNIÃO NO BRASIL NA PERSPECTIVA DA TEORIA DA CONTABILIDADE**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 17–43, 2023. DOI: 10.22561/cvr.v33i3.6884. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/6884>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995

BRASIL. **Conselho Federal de Contabilidade. Manual de contabilidade do sistema CFC/CRCs**. Disponível em: < [http:// www.cfc.org.br/uparq/Manual_auditoria_site.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/Manual_auditoria_site.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2024.

_____. Controladoria-Geral do Estado das Minas Gerais. **Apostila do curso básico de controle interno e auditoria governamental**. Subcontroladoria de auditoria e controle de gestão – SCG: Belo Horizonte, 2012.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução CFC nº 1.493, de 1º de outubro de 2015. Aprova o Código de Ética Profissional do Contador**. Diário Oficial da União, Brasília, 1 out. 2015. Disponível em: <http://www.cfc.org.br>. Acesso em: 15 nov. 2024.

CARMONA, E.; PEREIRA, A. C.; SANTOS, M. R. A Lei Sarbanes-Oxley e **a percepção dos gestores sobre as competências do auditor interno**. Gestão & Regionalidade. São Caetano do Sul, v. 26, n. 76, p. 63-74, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1135/08 de 2008, NBC T 16.8**, Brasília.

_____. (2018). NBC TI 01 e NBC PI 01 – **Auditoria Interna**. Recuperado em 09 de setembro de 2024, de http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Auditoria_Interna.pdf.

_____. **Código de Ética Profissional do Contabilista**. Resolução 1.590 de 01 de julho de 2020. 3. Ed. Brasília

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAZONAS, **Manual de controle Interno, Manaus/AM, 2023**. Disponível em: <https://www.cge.am.gov.br/wp-content/uploads/2023/01/Manual-de-Controles-Internos.pdf>. Acessado em 25/04/2024.

COSTA, Maria. **Ética e Transparência nas Organizações**. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2023.

COSTA, Maria. **Gestão de Riscos: Teoria e Prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

COSTA, Pedro; SILVA, Raquel. **Estratégias de Mitigação de Riscos em Ambientes Competitivos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O Novo Papel dos Recursos Humanos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

DA SILVA, K. L.; OLIVEIRA, M. C.; MENDES DE, M. M.; ARAÚJO, O. C. A **Implementação dos Controles Internos e do Comitê de Auditoria Segundo a Lei SOX: o Caso Petrobras**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 39–63, 2009.

Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/650>. Acesso em: 27 jun. 2024.

DESSLER, Gary. **Gestão de Recursos Humanos**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

DUTRA, João S. **Gestão de Pessoas: Desafios e Tendências**. São Paulo: Cengage Learning, 2020.

FERREIRA, José A. **Clima Organizacional: Fundamentos e Práticas**. São Paulo: Editora Gente, 2022.

FERREIRA, João; LIMA, Raquel. **Auditoria e Controle Interno: Estratégias para Eficiência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

FILHO, Antônio José. **A importância do controle interno na administração pública**. Revista Diversa, Parnaíba, v. 1, n. 1, p. 85-99, jan./jun. 2008.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRANCO, Hilário, MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Auditoria Contábil**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

FREITAS, V. A. de; FONTES FILHO, J. R. **A Função De Auditoria Interna Na Governança Corporativa De Bancos No Brasil: Agente De Controle Ou Instrumento De Legitimidade Organizacional?**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 29, n. 3, p. 73–101, 2019. DOI: 10.22561/cvr.v29i3.4245. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/4245>. Acesso em: 27 jun. 2024.

GAIO, R.; CARVALHO, R.B.; SIMÕES, R. **Métodos e Técnicas de Pesquisa: a metodologia em questão**. In: GAIO, R. (Org.). Metodologia de pesquisa e produção de conhecimento. Petrópolis, Vozes, 2008.

GIL. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Gonzalez, J., & Ramirez, A. **Práticas de controle interno em empresas mexicanas: uma análise de custo e benefício**. Revista Latino-Americana de Contabilidade, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; LOPES, Ayrton. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

LIMA, Carla; SILVA, Renato. **Estratégias de Remuneração e Benefícios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2019.

LIMA, André. **Finanças e Gestão de Riscos**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2021.

LIMA, André; SILVA, Raquel. **Gestão de Riscos e Fraudes Empresariais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2022.

MATTOS, C. de C.; MARIANO, R. P. **Controle Interno: Uma Abordagem Teórica**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 34–39, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/133>. Acesso em: 27 jun. 2024.

Miller, T., & Johnson, S. **Internal controls and fraud prevention in U.S. corporations**. Journal of Financial Compliance, 2019.

MONTEIRO, Renato Pereira. **Análise do sistema de controle interno no Brasil: objetivos, importância e barreiras para sua implantação**. Revista Contemporânea de Contabilidade, [S. l.], v. 12, n. 25, p. 159–188, 2015. DOI: 10.5007/2175-8069.2015v12n25p159. Disponível

em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2015v12n25p159>. Acesso em: 27 jun. 2024

OLIVEIRA, Ana. **Governança Corporativa e Controle Interno**. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2021.

OLIVEIRA, João. **Gestão Estratégica de Riscos**. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2023.

PEREIRA, A. N. **Controles Internos Empresariais e Gestão: Visões e Importância- Uma Abordagem Exploratória**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 27–44, 2009. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/262>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PEREIRA, Carlos. **A Importância do Controle Interno na Gestão Empresarial**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, José Matias. **Gestão do risco operacional: uma avaliação do novo acordo de capitais - Basiléia II**. Revista Contemporânea de Contabilidade, [S. l.], v. 3, n. 6, p. 103–124, 2008. DOI: 10.5007/%x. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/785>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PELEIAS, I. R.; SEGRETI, J. B.; COSTA, C. de A. **Comitê de auditoria ou órgãos equivalentes no contexto da Lei Sarbanes-Oxley: estudo da percepção dos gestores de empresas brasileiras emittentes de American Depositary Receipts – ADRs**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 41–65, 2009. Disponível em:

<https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/573>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PETER, Maria da Gloria Arrais, MACHADO Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. São Paulo: Atlas, 2003

PINHEIRO, G. J.; CUNHA, L. R. S. **A Importância da Auditoria na Detecção de Fraudes**. Contabilidade Vista & Revista, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 31–48, 2009. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/210>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PONCHIROLLI, O. **A teoria da complexidade e as organizações**. Revista Diálogo Educacional. Curitiba/PR, v. 7, n. 22, p. 81-100, 2007.

RIBEIRO, Livia Maria de Pádua; TIMÓTEO, Adriana Conceição. **A Adoção dos Controles Internos em uma Organização do Terceiro Setor como Sustentabilidade Econômica: Um Estudo de Caso em uma Associação de Minas Gerais**. Revista Contemporânea de Contabilidade, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 61–82, 2012. DOI: 10.5007/2175-8069.2012v9n17p61. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2012v9n17p61>. Acesso em: 27 jun. 2024.

RODRIGUES, Thiago. **Percepção de Risco nas Organizações**. 1. ed. Belo Horizonte: Cengage Learning, 2021.

SÁ, Antônio Lopes. **Curso de Auditoria**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

SALVATORE, Daniel. **Contabilidade Financeira: Uma Abordagem Gerencial**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, João. **Erros e Fraudes: Impactos e Prevenção**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2020.

SANTOS, Valdir Alves dos. **A fraude do banco panamericano: um estudo com base nos processos judiciais e extrajudiciais**. 2021. 44 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Controladoria e Finanças Empresariais) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2021.

SANTOS, Tiago. **Gestão de Riscos e Controle Interno**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2022.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. **Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica**. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, v. 11, n. 1, jan./fev. 2007.

Schmidt, B., & Weber, D. **Corporate responsibility and internal control practices in European firms**. *European Journal of Management*, (2020).

SILVA, Carla; ALMEIDA, José. **Riscos Financeiros: Conceitos e Abordagens**. 4. ed. São Paulo: Editora FGV, 2022.

SILVA, E. L. & MENESES, E. M. **O uso do ABC no gerenciamento de custos: pesquisa-ação em uma agência bancária**. Dissertação (Mestrado em engenharia de produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

Silva, R., & Rodrigues, T. **A importância dos controles internos para a prevenção de fraudes em organizações globais**. *Revista Internacional de Governança Corporativa*, 2017.

SOUSA, Rossana Guerra de; SOUTO, Saulo Diógenes Azevedo Santos; NICOLAU, Antônio Moreira. **Em um mundo de incertezas: um survey sobre controle interno em uma perspectiva pública e privada**. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, [S. l.], v. 14, n. 31, p. 155–176, 2017. DOI: 10.5007/2175-8069.2017v14n31p155. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2017v14n31p155>. Acesso em: 27 jun. 2024.

SPECTOR, Paul E. **Industrial and Organizational Psychology: Research and Practice**. 8. ed. Hoboken, NJ: Wiley, 2021.

TEIXEIRA, A.; COSTA, F. M. da; GALDI, F. C. **Princípios e normas contábeis**. In: Ribeiro Filho, J. F.; Lopes, J.; Pederneiras, M. (Orgs.). *Estudando teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2009. p. 81.

TOFFANIN, Silvinei. **Auditoria Interna deve começar nas pequenas empresas**. Jornal do Comércio, Porto Alegre, 7 ago. 2013. Contabilidade, p.7.

VIA S.A. **Tearsheet**. 2022. Disponível em: <https://ri.via.com.br/tearsheet/>. Acesso 12 nov 2024.

VIA S.A. **Fato Relevante**. 2019. Disponível em:
https://s3.amazonaws.com/mzfilemanager/ce9bff9f-fb19-49b9-9588-c4c6b7052c9c/1162136e-71c1-4c6a-86e1-a759c82fd981_VVAR3_FR_20191113_pt.pdf. Acesso em: 20 ago 2024.

VIA S.A. **Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas**. 2020. Disponível em:
https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/ce9bff9f-fb19-49b9-9588-c4c6b7052c9c/73cb971b-b153-44b4-b502-7878cf476789_DFP19%20VVAR_Final_v01.pdf. Acesso em: 20 ago 2024.